



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

CLEIDE FÁTIMA DE MORAES

**AS COMPETÊNCIAS LEGAIS DA GESTÃO DO SISTEMA DE
ENSINO NOS PRIMÓRDIOS DE BRASÍLIA (1959-1960)**

BRASÍLIA – DF



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

CLEIDE FÁTIMA DE MORAES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Pedagogia da Faculdade de
Educação, da Universidade de Brasília, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José T. dos Anjos

Brasília, DF

Brasília, DF

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEIDE FÁTIMA DE MORAES

AS COMPETÊNCIAS LEGAIS DA GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO NOS PRIMÓRDIOS DE BRASÍLIA (1959-1960)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José T. dos Anjos

Professor Doutor Juarez José T. dos Anjos.
(Orientador - Universidade de Brasília)

Professora Doutora Etienne Baldez Louzada Barbosa.
(Examinadora - Universidade de Brasília)

Professor Doutor Francisco Thiago da Silva.
(Examinador - Universidade de Brasília)

Brasília, DF.

AGRADECIMENTOS

Voltar a Universidade de Brasília após vinte anos foi uma aventura sem igual, momento de reflexão que me deu um novo olhar à minha jornada diária de trabalho. Estar novamente nos corredores da Universidade de Brasília foi ver como a Universidade representa um caminho de sonho e esperança a todos que por aqui percorrem.

Agradeço imensamente à Deus, por me dar o Dom da Vida e o suporte para aguentar as dores normais do nosso caminhar, pois, fazem parte da nossa evolução diária.

Aos meus filhos, Matheus e Gabriel, a Miguel (companheiro de longa jornada) por compreenderem o meu momento de estudo, já que, foram essas pessoas que nessa jornada me incentivaram a continuar. Muitas vezes só continuei para ser exemplo aos meus filhos.

A todos os funcionários do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, principalmente a querida Cristina, por serem cordiais no atendimento da secretaria quando foi necessário.

Profunda gratidão a todos professores que estiveram na minha jornada durante a Graduação, especialmente ao José Viera, Fátima Vidal, Rachel Moraes, Ana Maria, Liliane, Alexandra Militao entre outros.

Aos Colegas do Curso, com os quais pude vivenciar valores e sentimentos de alegria em momentos de aprendizagem.

Sou grata pela confiança dada a mim pelo Professor Orientador Juarez, suas ponderações deram-me um novo olhar à pesquisa. Obrigada por manter-me no caminho.

RESUMO

Esta monografia, de caráter historiográfico, tem como objetivo geral investigar as competências legais na gestão do sistema de ensino de Brasília, entre os anos de 1959 a 1960. Os objetivos específicos são três: 1) analisar a historiografia sobre a educação em Brasília, para situar o lugar que a gestão do ensino tem ocupado nas narrativas históricas sobre o ensino na capital federal; 2) demarcar a legislação escolar enquanto fonte histórica para o estudo da gestão do ensino em Brasília; 3) apontar as competências legais estabelecidas para a gestão do ensino em Brasília entre os anos de 1959 a 1960, na legislação consultada. O recorte escolhido para a pesquisa principia em 1959, quando da criação do Departamento de Divisão Cultural da NOVACAP e posteriormente da CASEB, às quais coube inicialmente a gestão do sistema de ensino na capital em construção e finda em 1960, quando, com a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal, a gestão do sistema de ensino em Brasília passa a este novo órgão. Contudo, recuos temporais até 1957 também serão feitos, a fim de complementar a análise da cronologia efetivamente privilegiada para estudo. A fonte privilegiada é a legislação escolar do período. A monografia organiza-se em três capítulos, cada um deles dedicado a um dos objetivos específicos.

Palavras Chaves: História da Educação, Brasília e Gestão Educacional.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da legislação organizadora do Sistema de Ensino de Brasília (1959-1960), p.30

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Organograma Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP, p. 31.

Figura 2- Organograma Decreto Nº 47.472 de 22 de dezembro de 1959 organograma C.A.S.E.B, p. 37.

Figura 3 -Portaria Nº 4 Regimento da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília – CASEB, p. 39.

Figura 4 - Organograma do Decreto Nº 47.832 A de 4 de março de 1960, p. 42.

Figura 5 - Estrutura da Fundação Educacional do Distrito Federal, p. 43.

SUMÁRIO

MEMORIAL, -----	p. 09
INTRODUÇÃO, -----	p. 12
1. A GESTÃO DO ENSINO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA, -----	p. 15.
1.1. A HISTORIOGRAFIA RECENTE SOBRE A EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA, -----	p. 15.
1.2. UMA LACUNA: A GESTÃO DO ENSINO NOS PRIMÓRDIOS DE BRASÍLIA, -----	p. 19
2. A LEGISLAÇÃO COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA GESTÃO DO ENSINO EM BRASÍLIA, -----	p. 22
2.1. A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL COMO FONTE HISTÓRICA,	p. 22.
2.2. A LEGISLAÇÃO ESCOLAR SOBRE A GESTÃO DO ENSINO EM BRASÍLIA, -----	p. 24.
3. A GESTÃO DO ENSINO EM BRASÍLIA ENTRE 1959-1960, p. 31.	
3.1. AS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DO ENSINO NA LEGISLAÇÃO RELATIVA AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL DA NOVACAP (1959), -----	p. 31.
3.2. AS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DO ENSINO NA LEGISLAÇÃO RELATIVA À CASEB (1959-1960), -----	p. 35.
3.3. AS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DO ENSINO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF (1960),	p. 41.
CONSIDERAÇÕES FINAIS, -----	p. 49.
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, -----	p. 50.

MEMORIAL

Ao nascer, em 24 de setembro de 1972, na Capital Federal, recebi o nome de Cleide Fátima de Moraes. Sou filha de José Duarte de Moraes e Iara Lúcia de Moraes. Sou a primeira filha desse casal. Meu pai chegou a Brasília em outubro de 1958, minha mãe em 1964, quando se casou com meu pai. Em Brasília minha família se estabeleceu a Vila Planalto, onde minha mãe ainda reside.

Fui matriculada aos sete anos na escola pela minha mãe. Era a Escola Classe 01 do Planalto, situada na comunidade que vivia. Era uma escola de madeira, como a casa em que morávamos, muito precária, construída provisoriamente, mas dispunha de uma pequena Biblioteca, embora não tivesse nenhum espaço para recreação. A Escola Classe 01 do Planalto sempre teve peculiaridades que me trazem uma grande nostalgia, pois, sendo a escola da comunidade em que eu residia, todos nos conhecíamos por sermos vizinhos, a própria Diretora a época morava na comunidade, encontrávamos a Professora Dalva na Igreja aos domingos... Tive como primeira educadora a professora mais bonita da escola à época, mas o ano de início escolar não foi um ano muito bom para ela, faltava muito por problemas que não nos eram relatados. Não sei se por isso tive muitas dificuldades na minha alfabetização. Nos dois anos seguintes tive duas professoras que estavam gestantes e também faltavam muito. Só na terceira série que vim a ter a melhor professora de minha vida, de nome Mary Castro.

Com a Professora Mary realmente fui letrada, descobri o mundo dos livros, fui transformada, pois ela incentivava a leitura, dedicava um tratamento especial para com todos os alunos. Com os livros de Monteiro Lobato ela foi nos apresentando o mundo encantado da fantasia e aventura. Incentiva a leitura, qualquer gênero literário era válido, tínhamos a nossa disposição gibis, folhetins, foto novelas e romances. Ela nos fez perceber que éramos capazes de ganhar o mundo pela educação. Na sala de aula formávamos um grupo bem heterogêneo, tinha um aluno cego, outro com deficiência física e alguns foram reprovados várias vezes, mas essa professora nos conduzia para termos uma aprendizagem efetiva por intermédio da afetividade. Daquela turma de colegas todos tiveram resultados acadêmicos positivos.

Terminei minha trajetória na escola da Vila Planalto na 6ª série e fui estudar no GISNO, onde tomei um grande susto, aja visto que era uma escola grande em que havia um convívio com alunos do Ensino Médio (Segundo Grau). Foi uma escola onde tive oportunidade de fazer amizades e conhecer o mundo competitivo dos esportes, por trazer

ainda as ideias de Anísio Teixeira de unir o acadêmico com o cultural e o esportivo. No Colégio GISNO vivi a experiência de participar de peças teatrais, campeonatos internos e externos de Handebol, conheci professores que tinham um compromisso com uma Educação de vanguarda. No GISNO fui aluna de Professores da área de exatas muito dedicados. Foi também nessa escola que pela primeira vez pude conhecer um laboratório. Ao término da minha oitava série fiz prova de admissão na então Escola Normal de Brasília, onde fui cursar meu Ensino Médio.

Se a Professora Mary foi a minha melhor professora, a Escola Normal foi a melhor escola que frequentei na minha Educação Básica. Tive professores memoráveis, que ainda eram dos primórdios da Educação em Brasília. A Escola Normal me apresentou um mundo acadêmico diferenciado. Apesar de ser deficitária em algumas áreas do conhecimento foi nessa escola que conheci a literatura dos clássicos com Machado de Assis, Clarisse Lispector, José de Alencar, entre outros. Também era incentivada a leitura de autores estrangeiros. A Escola Normal me deu a oportunidade de conviver com pessoas de diferentes regiões do Distrito Federal e de classe social diferente, pois, na minha sala estudavam tanto a filha de Ministro de Estado com de Agente de Portaria. Essa escola era tão singular que a disciplina História das Artes eram aulas ministrada por uma Professora filha e mulher de diplomata, com uma bagagem cultural muito especial.

Ao término da Escola Normal, meu pai disse que não teria condições de pagar uma faculdade particular para que eu prosseguisse meus estudos. Fiquei muito triste, pois naquele tempo as Universidades Públicas não davam oportunidade diferenciada para alunos que tivessem cursado escola pública. Mas, se quisesse continuar a estudar, teria que ser na Universidade de Brasília. Para poder ingressar na Universidade fiz concurso de bolsa para alguns cursinhos e consegui uma bolsa integral no Colégio Leonardo da Vinci. Fiz esse cursinho e depois de três tentativas consegui ingressar na UnB, no Curso de Química. Durante o curso trabalhava como professora na Fundação Educacional do Distrito Federal. Ao terminar o curso pedi dupla habilitação para Educação Física e hoje sou professora de Educação Física da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal.

Em 2015 fiz prova de admissão para ingressar no curso de Pedagogia na Universidade de Brasília, por uma necessidade muito pessoal relacionada ao meu filho. O curso me deu uma visão diferenciada do mundo da educação. Passei a ver meus estudantes de uma maneira nova. Percebo e vivo o grande avanço que a educação teve, apesar de acreditar que há muito ainda para ser melhorado, como o fim das turmas

multisseriadas, uma EJA mais voltada para o contexto do aluno, assim, como o atendimento a estudantes com baixa estima, deficiências e dificuldades educacionais diversas. O investimento educacional é uma necessidade muito forte atualmente. Ao relatar uma parte importante da minha vida escolar, fiquei muito contente, pois revivi momentos importantes e inesquecíveis da minha vida escolar, pois foi naquele período que desenvolvi em mim uma imensa vontade de um dia me tornar uma profissional bem qualificada da educação, e diferente de muitos professores, pretendo ser como aquela minha professora da 3ª série, que sempre estava disposta a ajudar aqueles que precisavam dela.

INTRODUÇÃO

Este trabalho final de conclusão de curso apresenta como objeto de estudo as competências legais da gestão do sistema de ensino nos primórdios de Brasília no período de 1959 a 1960.

Dentro da estratégia de gerenciamento da construção de Brasília, o governo JK instituiu em 1956 a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, NOVACAP, diretamente ligada à Presidência da República (BRASIL, 1956, art. 3º). A NOVACAP era órgão responsável por toda a administração da construção da capital e, ao final de 1956, criou o Departamento de Educação e Saúde, que posteriormente, em 1959, denominou-se Departamento de Educação e Difusão Cultural. Tinha por finalidade a promoção de atividades educacionais e culturais “de caráter emergencial até a implantação do sistema educacional da Capital. ” (PEREIRA, 2011, p.146). Na metade de 1957, o fluxo migratório aumentou muito e o número de crianças que chegaram à cidade também, passando o poder público a ter um problema: escolas para os filhos dos operários e primeiros moradores da futura capital (PEREIRA, 2011, p.146.). Assim, em 1957, criaram-se emergencialmente as primeiras escolas, antes mesmo da implantação oficial do sistema de ensino, que só ocorreria três anos mais tarde, em 1960.

Para a concepção do que viria a ser o sistema de ensino oficial de Brasília, o Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP, que estava sob a coordenação do médico Ernesto Silva¹, procurou orientação e assessoramento de Anísio Teixeira², que era então diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) (AUDI, 1960, p.101). Em 1959 o Ministério de Educação e Cultura criou a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, CASEB, com Anísio Teixeira sendo membro da Comissão Deliberativa, incumbindo-se o educador do chamado Plano de Construções Escolares de Brasília. Por fim, em 1960, é criada a Fundação Educacional do Distrito Federal, a quem competiria, dali em diante, a gestão do sistema de ensino em Brasília.

Exposto isso, o objetivo geral deste trabalho é investigar as competências na gestão do sistema de ensino na capital federal entre os anos de 1959 a 1960.

¹ Ernesto Silva (Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1914 – Brasília, 3 de fevereiro de 2010) foi um médico e oficial do Exército Brasileiro. Foi destacado pioneiro na fundação de Brasília.

² Anísio Spínola Teixeira (Caetité, sertão baiano em 12 de julho de 1900 - Rio de Janeiro, em circunstâncias misteriosas, no dia 11 de março de 1971) foi um jurista, intelectual educador e escritor brasileiro. Personagem fundamental na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930.

Os objetivos específicos são três: 1) analisar a historiografia sobre a educação em Brasília, para situar o lugar que a gestão do ensino tem ocupado nas narrativas históricas sobre o ensino na capital federal; 2) demarcar a legislação escolar enquanto fonte histórica para o estudo da gestão do ensino em Brasília; 3) apontar as competências legais estabelecidas para a gestão do ensino em Brasília entre os anos de 1959 a 1960, na legislação consultada.

O recorte escolhido para a pesquisa principia em 1959, quando da criação do Departamento de Divisão Cultural da NOVACAP e posteriormente da CASEB, às quais coube inicialmente a gestão do sistema de ensino na capital em construção e finda em 1960, quando, com a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal, a gestão do sistema de ensino em Brasília passa a este novo órgão. Contudo, recuos temporais até 1957 também serão feitos, a fim de complementar a análise da cronologia efetivamente privilegiada para estudo.

A monografia organiza-se em três capítulos, cada um deles dedicado a um dos objetivos específicos.

1 - A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA E A GESTÃO DO ENSINO COMO UM OBJETO DE PESQUISA

No decorrer deste capítulo, iremos visitar os primórdios da educação em Brasília, tendo como guia algumas interpretações produzidas recentemente pela historiografia da educação sobre o período. O objetivo será analisar esta historiografia para situar o lugar que a gestão do ensino tem ocupado nas narrativas históricas sobre o ensino na capital federal.

1.1. A HISTORIOGRAFIA RECENTE SOBRE OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA

Eva Waisros Pereira – que na última década tem produzido e orientado uma série de trabalhos sobre a história da educação em Brasília - nos relata o papel importante exercido por Anísio Teixeira na constituição da educação da Nova Capital. O planejamento arquitetônico da cidade com quadras arborizadas, abertas, uma concepção artística moderna, fez esse educador considerar Brasília um lugar propício para criação de uma nova concepção de escola pública com um novo sistema educacional, um “sistema de educação modelar”. (PEREIRA e ROCHA, 2011, p. 32)

Conforme Pereira, Anísio Teixeira “defendia a renovação educacional no país, na perspectiva da tradição liberal democrática” (PEREIRA, 2011, p.48) e trouxe, para a metrópole planejada, suas experiências no Centro Educacional Primário Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola Parque da Bahia³. O projeto educacional aqui proposto decorreu, ainda, da necessidade desenvolvimentista propalada pelo governo de Juscelino Kubitschek, de promover uma modernização industrial acelerada no país (PEREIRA, 2011). Nesse sentido, Brasília simbolizou a ruptura com um passado dito de atraso e o nascimento de um Brasil com melhores condições bem como o estabelecimento de novas

³ O Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CERC) foi uma escola criada na gestão de Anísio Teixeira no ano de 1950, no dia 21 de outubro, no Estado da Bahia. O diferencial dessa escola era a ideia da implementação, de forma concreta, da educação em tempo integral nas escolas públicas. Composta por três grandes prédios, em uma área bem arborizada no bairro da Liberdade na cidade de Salvador, foi protótipo das Escolas Parques. A proposta desse centro era: pela manhã as quatro escolas-classes garantiriam aos alunos o ensino intelectual, conhecimento de artes, ciências, língua materna, geografia entre outras, enquanto que os 2000 alunos do turno da tarde estariam nas oficinas de trabalho, praticando esportes, aprendendo sobre saúde, higiene e convívio social e vice-versa. A instituição foi inaugurada no mandato de Anísio Teixeira enquanto secretário de educação da Bahia, no governo de Otávio Mangabeira. (EBOLI, 1983, p. 13).

relações humanas, ou melhor, um novo ideal de vida humana, um futuro que o país realmente merecia grandioso e a educação como uma das ferramentas para sua realização.

Uma característica importante a ser salientada aqui, como nos cita Pereira(2011) é que:

a escola proposta por Anísio Teixeira é uma instituição de educação integral, que incorpora funções anteriormente assumidas por outras agências educativas como a família e o meio social, assim, a escola, na concepção de John Dewey em quem se apoiava Anísio Teixeira, se tornaria capaz de suprimir toda e qualquer mudança na ordem social. A escola passa a ser organizada pela comunidade. (PEREIRA, 2011, p.51).

Portanto, a escola proposta para Brasília nasce dentro da construção de uma sociedade moderna e democrática, que clama por uma escola também moderna e democrática. Nesse contexto, Anísio Teixeira apresenta um sistema de ensino para Brasília ancorado na escola em tempo integral, já que para ele o aumento no tempo de escola leva a uma qualidade nas práticas educativas.

Ponto importante do Plano Educacional para o Distrito Federal que almejava Anísio Teixeira, segundo as professoras Pereira e Rocha (2011), é o modo como ele engendrava a materialização do Sistema Educacional para um Estado Democrático Moderno. Segundo o próprio Anísio Teixeira:

O Plano de Construções Escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidades para a Capital Federal oferecer à Nação um conjunto de escolas que pudessem construir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país (TEXEIRA, 1961, p. 195, apud PEREIRA e ROCHA, 2011, p., 32)

O objetivo de Anísio Teixeira, segundo Pereira e Rocha (2011, p.32) era de não só constituir escolas similares à implantada na Bahia, mas também às do Rio de Janeiro na década de 1930⁴. Pois a escola integral, na sua concepção, nascia da união de uma

⁴ Em 1931, o ministro da Educação Francisco Campos convocou Anísio Teixeira para assumir a diretoria do Departamento de Educação da Capital da República e o setor do ensino secundário, e assim, Teixeira junto com prefeito Pedro Ernesto empreenderam as reformas educacionais do Distrito Federal. A reforma por ele conduzida empurrou a escola para fora de si mesma, tirando da Igreja a tutela da educação. Havia no Rio de Janeiro demanda expressiva por serviços de saúde e educação, sobretudo em áreas mais pobres, subúrbios e meio rural. Visando resolver, primeiramente, esses dois problemas, a gestão de Pedro Ernesto enfatizou a educação: buscou elevar o padrão de vida e saúde com a escolarização. O pressuposto era educar como ação indispensável para elevar, social e politicamente, a população e, por consequência, o desenvolvimento da sociedade. Assim, coube a Anísio um novo desafio: a reforma educacional do Distrito Federal, com novas propostas, algumas pensadas nas gestões anteriores e outras afirmadas pelo Manifesto dos pioneiros da educação nova. (SOUZA, , 2018, p.125). Por ocasião da reforma, Teixeira propôs, pela primeira vez, um sistema de ensino, que ia do primário ao ensino superior, calcado na valorização da formação do professorado. Porém, logo após sua saída da Diretoria de Educação em 1935, sua reforma foi desarticulada. (NUNES, 2000).

escola que ensina saberes formais, como ler e escrever e as demais disciplinas curriculares da época (a escola classe) com uma escola que trabalha com as artes, iniciação de trabalhos manuais, atividades físicas e recreativas, entre outras coisas (a escola parque). Deste modo, o diretor do INEP tinha como meta criar escolas diferenciadas que atendessem o objetivo da escola integral, através dos Centros de Educação Primária integrados por Jardins de Infância, Escolas Classes e Escolas Parques; e Centros de Educação Média, num itinerário educativo a ser concluído em uma Universidade, a Universidade de Brasília.

Na historiografia sobre a educação em Brasília, tem sido dado grande destaque à criação das Escolas Parques, uma vez que eram as instituições essenciais para a implementação de um ensino integral. As Escolas Parque foram criadas, segundo, Pereira e Rocha (2011, p.167) para agrupar “de acordo com a idade e tipo de aptidões, tendo em vista proporcionar ao educando experiências educativas diversificadas, no campo do trabalho, das artes, da educação física e biblioteca, etc.” A tipologia imaginada para a Escola Parque e idealizada por Anísio Teixeira teve como referência os conhecimentos pessoais dos educandos que ali participavam do processo ensino aprendizagem. Esses educandos traziam em seus arcabouços as referências familiares que eram as matérias primas para a construção de uma identidade na nova cidade que emergia.

As Escolas Parque anisianas eram tributárias das concepções filosóficas adquiridas por Anísio Teixeira, após seu curso de mestrado nos Estados Unidos da América, na década de 20, quando entrou em contato com as ideias filosóficas de John Dewey⁵. Segundo Célia Maria Monteiro Cordeiro (2001) Anísio Teixeira considerava a Educação um direito a ser universalizado, não um privilégio de poucos, “a escola tradicional deveria se aproximar da escola do conhecimento prático, e assim, produzir e elaborar novos saberes e produzir novos conhecimentos” (CORDEIRO, 2001, p. 4). Deve ser acrescentado que essa nova prática educacional pode ou poderia ter criado características novas para a organização educacional que enriqueceram e qualificaram os parâmetros da administração pública educacional, pois o educador acreditava que a

⁵ John Dewey foi um filósofo e pedagogo norte-americano. Nasceu em 20 de outubro de 1859 e faleceu em 1º de junho de 1952. Deixou imensas contribuições educacionais. Foi um dos principais representantes da corrente pragmática desenvolvida inicialmente por Charles Sanders Peirce, Josiah Royce e William James. Ele também escreveu extensivamente sobre pedagogia, tornando-se uma referência no campo da educação moderna. Dewey defendia a democracia e a liberdade de pensamento como instrumentos para a maturação emocional e intelectual das crianças. (FERRARI, 2008).

“educação deveria ser integral para os educandos e educadores” (PEREIRA e ROCHA, 2011, p. 67).

Por outro lado, a historiografia aponta que a concepção de Escola Parque de Anísio Teixeira vem, também, de sua luta pela universalização da educação desde do Movimento pela Escola Nova, quando este intelectual da educação tomou parte na defesa pela universalização do ensino primário⁶. Por essa razão, ao pensar nas Escolas Parques em Brasília, Anísio Teixeira conferiu a elas papel importante, considerando-as espaço onde as crianças poderiam “formar a inteligência, a vontade, o caráter, os hábitos de pensar, de agir e de conviver socialmente” (ANÍSIO TEIXEIRA, 1957, apud CARDOSO, 2001, p.3). Outro ponto que nos relata CARDOSO (2001, p.05) é que Anísio Teixeira se preocupava com a estrutura física dos prédios, pois, deveria ser de arquitetura marcante, porém, sem suntuosidade e riqueza, mas um ambiente em que os educadores pudessem concretizar seus ideais pedagógicos com práticas diferenciadas nas esferas administrativas também, com uma gestão compartilhada (TEIXEIRA e ROCHA, 2011, p.149).

No que diz respeito ao Ensino Médio – os chamados Centros de Educação Média –, Erasto Fortes Mendonça (1998) observa que essas escolas foram então concebidas tendo como estrutura um conjunto de prédios destinados a cursos nas áreas de humanidades, cursos técnicos, comerciais e científicos, quadras de esportes, núcleos culturais, biblioteca, museu, administração e restaurante. Esse plano previa prédios com diversidade de funções, de formas e de objetivos com o intuito de atender as necessidades específicas de ensino e educação e oportunizar um convívio social. Entretanto, para Francisco Heitor Magalhães Souza “o ensino médio público do Distrito Federal foi permeado de um contexto nacional. ” (SOUZA, 2011, p.203.) Segundo Souza o ensino médio estava pautado pelas ideias liberais da escola americana e a Escola Nova, além de práticas pedagógicas de caráter experimental, como as que se verificaram na primeira escola de ensino médio criada no Distrito Federal, o Centro de Ensino Médio CASEB ou ginásio CASEB. Nos primeiros anos de funcionamento contava com turmas de ensino secundário, Curso Técnico, Curso Normal e o Ginásial. (SOUZA, 2011). Os docentes que compuseram o quadro da escola foram escolhidos por um concurso público em âmbito

⁶ A Escola Nova foi um movimento de educadores europeus e norte-americanos, organizado em fins do século XIX, que propunha uma nova compreensão das necessidades da infância e questionava a passividade na qual a criança estava condenada pela escola tradicional. Também conhecida como Educação Nova, a Escola Nova tem seus fundamentos ligados aos avanços científicos da Biologia e da Psicologia. Pode-se afirmar que, em termos gerais, é uma proposta que visa a renovação da mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas. O pedagogo Célestin Freinet foi um dos defensores dessa concepção de educação. (MENEZES, 2001).

nacional. “Os professores pioneiros foram submetidos a uma seleção com mais de 2 mil candidatos com provas de didática, conhecimento geral, entrevistas e exame psicotécnico.” (SOUZA,2011, p.210). O salário desses professores ditos pioneiros eram mais alto que o pago em outros estados do país. Um ponto importante era que no primórdio a educação de ensino médio em Brasília era em tempo integral dividido em departamentos por áreas temáticas, havendo, segundo a historiografia, uma preocupação dos educadores em orientar os educandos da grandiosidade que estava se passando com a construção de Brasília.

Conforme nos relata Pereira e Henriques (2011, p. 145), porém, a inauguração da primeira escola oficial de Brasília antecedeu à implantação do modelo anisiano presente no Plano de Construções Escolares. Tal inauguração ocorreu em 15 de outubro de 1957, com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek (que daria à escola o nome de sua mãe, a professora diamantinense Júlia Kubitschek). Apesar disso, essa escola já carregava o espírito de educação integral que seria posteriormente consagrado no plano educacional a ser elaborado: “Caracterizava-se por ser uma escola de tempo integral e educação integral. Funcionava em dois turnos diário das 7h30m às 15h, e 9h às 17h30m” (PEREIRA e HENRIQUES, 2011, p. 148). Os educandos da Escola Júlia Kubitschek recebiam duas refeições por dia e sua clientela, conforme documentos da NOVACAP, era constituída por educandos do então ensino primário de 1ª a 4ª séries, hoje anos iniciais do ensino fundamental (GDF,2001, p.36, apud, PEREIRA E HENRIQUES,2011, p.150). Nos documentos originais que fazem registro dessa escola consta o número de oito professoras que foram recrutadas entre filhas de funcionários da NOVACAP e alunas da escola Normal em Goiânia. Conforme as palavras de Ernesto Silva, o processo de escolha da dirigente da escola se dava de uma forma democrática:

No princípio eram apenas oito era difícil escolher a diretora. Organizamos, então, um rodízio: cada professora dirigia a escola durante quinze dias, no final, elas próprias, em votação, elegeram a diretora. A escolhida foi a professora Santa Alves Soyer, cujo nome declino sempre com o maior respeito e admiração. Realizou ela trabalho sério e estafante durante toda a fase pioneira de Brasília, não só na direção do Grupo Escolar Número Um, como, posteriormente, na organização de muitas outras escolas que construímos em Brasília” (DISTRITO FEDERAL, 1984, p. 19 citando Ernesto Silva. In. História de Brasília.).

Esse ideal de gestão democrática, por sinal, tem sido frequentemente evocado na historiografia da educação recente sobre Brasília, como uma aspiração à qual o plano de construções escolares de Anísio Teixeira viria a fazer jus, ao menos, até 1964, quando

essa mesma historiografia sinaliza que, com a ditadura, a proposta anisiana teria tornado-se uma utopia (PEREIRA, 2011).

1.2. UMA LACUNA: A GESTÃO DO ENSINO NOS PRIMÓRDIOS DE BRASÍLIA

Nos estudos historiográficos sobre a Educação em Brasília há muitos relatos e reflexões sobre a atuação de Anísio Teixeira, as escolas e professores chamados de pioneiros e, sobretudo, a escola parque. Mais recentemente também se tem escrito sobre a formação do magistério nos primórdios de Brasília (AMARAL, 2018); a educação musical (ABREU, 2018), a matemática moderna e sua presença no ensino da época (BATISTA *et al.*, 2018) e outras questões ligadas ao cotidiano educacional. Contudo, um tema que ainda não recebeu tratamento historiográfico é o relativo à gestão do sistema de ensino pensado para Brasília. Afinal, de que modo se organizou o funcionamento desse modelo de educação inovador, não somente a partir da implantação do sistema oficial de ensino, mas, também, no período em que as primeiras escolas, por conta das necessidades surgidas em decorrência da construção de Brasília, acabaram por ser criadas e postas em funcionamento? É essa a questão que procuraremos responder nas próximas páginas deste trabalho. Antes, porém, é preciso definir o que estamos, aqui, entendendo por gestão do sistema de ensino e a partir de que perspectiva iremos analisá-la.

A gestão escolar ou administração escolar tem como princípio conceitual um vínculo com a administração geral. Como nos fala Vitor Paro “administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (Paro, 2010, p. 25), ou ainda, “a administração é o resultado da evolução da organização social pautada no modo de produção capitalista” (PARO, 2005, p.23, apud PARO, 2016). A Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE – considera que a:

administração da educação é o conjunto das políticas, planejamento, gestão e avaliação da prática social da educação; enquanto que a gestão educacional é o processo político-administrativo contextualizado e historicamente situado, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada. A administração/gestão educacional não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas, expressando as contradições sociais e a correlação de forças existentes na sociedade, podendo contribuir tanto para a conservação como para a transformação social. Desta forma, embora o termo administração/gestão seja o mesmo, assume diferentes significados, dependendo do projeto político defendido pelo grupo que o utiliza. (ANPE, 2018.)

Assim, ao interrogarmos a gestão do ensino nos primórdios de Brasília, nos valeremos deste conceito de gestão utilizado pela ANPAE – pertinente não só para o

estudo contemporâneo, mas, também, para a década de 1950-1960. Todavia, em função dos limites de uma monografia, vamos nos ater a investigar um aspecto dessa gestão em particular: as competências legais, ou seja, previstas em lei, e atribuídas a diferentes atores nos primórdios de Brasília, tomando como base documental, para isso, a legislação escolar do período. É sobre ela e sua potencialidade para a pesquisa histórica que falaremos no próximo capítulo.

2. A LEGISLAÇÃO COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA GESTÃO DO ENSINO EM BRASÍLIA

O presente capítulo tem por objetivo demarcar a legislação escolar enquanto fonte histórica para o estudo da gestão do ensino em Brasília. Para isso, o capítulo está dividido em dois tópicos. No primeiro, intitulado “a Legislação Educacional como Fonte Histórica”, discutiremos os limites e possibilidades desse tipo de documento para a pesquisa em história da educação. No segundo, apresentaremos mais especificamente a Legislação Escolar sobre a Gestão do Ensino em Brasília, fonte histórica propriamente dita desta pesquisa.

2.1 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL COMO FONTE HISTÓRICA

Para se desenvolver um trabalho historiográfico, há que se ter como base as fontes históricas, pois, elas são o principal registro da história que se quer pesquisar. Ao considerar as fontes como o ponto de partida de uma pesquisa nesse âmbito, vale lembrar o que Dermeval Saviani (2006) nos ensina, quando escreve que:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2006, p.28-29)

Portanto, podemos afirmar que é a partir das fontes que flui a produção histórica. Elas constituem o elo indispensável para uma produção científica ao mesmo tempo em que conferem um caráter humano à produção histórica. Por isso, está relacionada ao homem no seu tempo.

Mas de que fontes vai se fazer uso nesse trabalho? Dario Ragazzini nos aponta dois tipos documentais para trabalhar com a história da educação escolar: “a) as fontes para a história da escola e da educação, que auxiliam a interpretar e a escrever a história; e b) as fontes da escola, ou seja, aquelas que provêm diretamente das práticas escolares”. (RAGAZZINI, 2001, p.19). Aqui serão usadas as fontes do primeiro tipo, produzidas para a escola, mas fora de seu ambiente, as de caráter legal, isto é, a legislação escolar.

Os historiadores da educação têm preocupação com as fontes de pesquisa, pois, “dependem nas suas investigações, não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar. ” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 29). Vários são os aspectos que envolvem o trabalho com as fontes históricas, pois vão desde recolher essas fontes nas instituições, o acesso a arquivos e centros de documentação até a própria conservação do material, já que muitas vezes o próprio acesso as fontes é difícil. A valorização das fontes na pesquisa em história da educação tem um significado grande para compreender as próprias fontes, ao retratar a produção humana pelos registros construídos pela sociedade, em especial de sua legislação.

Ao dispor de qualquer fonte em um trabalho de investigação histórica deve-se estabelecer um contato como o fenômeno (ou acontecimento) histórico que se tem como objeto de investigação. Como nos alerta Bacellar (2006), um roteiro de pesquisa deve ser iniciado com a localização dessas fontes, seu levantamento e a classificação das mesmas. Depois de recolhidas essas devem sofrer um análise em que se faz necessário reconhecer o momento histórico em que ela foi produzida, sua valoração no campo científico e histórico e sua autenticidade. As fontes utilizadas nesse trabalho serão fontes legislativas.

Como salienta Luciano Mendes de Faria Filho (1998, p.116) “A legislação escolar (portarias, decretos, regulamentos, leis) é fonte fundamental na pesquisa histórica, sobre a escola e a escolarização, pois, muito da organização escolar nasce de determinações legais. ” Faria Filho (1998) defende que para compreender e trabalhar com as leis é necessário pensar nas várias dimensões que compõem a lei, ou seja, no seu ordenamento jurídico, linguagem, na prática como ordenadora das relações sociais. Também observa que a lei está inserida num contexto de tradição, costumes e retórica de igualdade; a lei possui uma linguagem legal e é essa própria linguagem, obedece a aspectos como as estratégias discursivas e o caráter gráfico; a lei em seu momento de produção e de realização, e seu caráter de intervenção social; histórico e político das leis; os sujeitos que as elaboraram; e por fim, o aspecto de lutas, contradições e expressões sociais presentes nas leis. (FARIA FILHO, 1998). Em resumo: todos esses aspectos ou alguns deles, a critério do historiador, podem ser explorados na pesquisa histórica que toma a legislação escolar enquanto fonte privilegiada.

Na mesma linha de pesquisa, Espíndola (2012, p.33) afirma que:

[...] para se interpretar as fontes normativas é indispensável explicitar os aspectos sociais, econômicos e culturais de uma determinada localidade e, também, pensar

nos grandes movimentos de ideais presentes no mundo, ou melhor, especificando, no Ocidente.

Isso permitiria, por exemplo, compreender elementos da própria dinâmica do processo de escolarização a partir do repertório discursivo oferecido pela legislação (FARIA FILHO, 1998). Segundo Castanha (2011, p. 319-320), em seu artigo sobre o uso da legislação como fonte,

[...] não basta analisar a legislação de forma mecânica, ou seja, a lei pela lei, sem (ou só) estabelecer ligações entre o poder político hegemônico, sem fazer conexões entre a legislação educacional e o projeto político social ou a própria prática social, sem considerar as reações (incorporações/resistências) da sociedade ou setores diretamente afetados pelas medidas legais etc.

A legislação educacional buscou ao longo do tempo determinar os mais variados aspectos das relações que envolvem a escola, ou a criação de uma cultura escolar. Foram normatizados aspectos referentes ao currículo, mobiliário, avaliação, deveres e direitos, organização do tempo escolar, conteúdos, horários, código disciplinar, entre outros (CASTANHA, 2011). De acordo com Castanha (2011), crescem os trabalhos que se debruçam sobre esses aspectos que buscam na legislação subsídios para pensar entre o contexto e as relações entre as fontes e as interpretações da cultura escolar. A opção por essas fontes implica selecioná-las adequadamente, debruçar criteriosamente, sobre elas, buscando compreender os seus conteúdos, expor as informações, interpretar os conflitos, apontar saídas, enfim, tratá-las e interpretá-las, sob determinado ponto de vista. Os pesquisadores têm feito um esforço de realizar o trabalho com esses documentos de forma menos reducionista, unívoca e tendenciosa, permitindo uma renovação do olhar dedicado a essas importantes fontes de pesquisa (CASTANHA, 2011, p. 319).

De tudo o que foi dito até aqui, percebe-se a pertinência de utilizar a legislação como fonte histórica. Contudo, de antemão, sabe-se que ela não permitirá chegar às práticas escolares ou de gestão propriamente ditas, que exigiriam as fontes produzidas na escola, como observa Dario Ragazzini. Mas, como salienta Juarez dos Anjos (2015), ela é uma fonte de caráter prescritivo que pode, justamente por isso, ser valiosa para entender o ordenamento e organização que se queria dar à realidade a ser estudada. Assim, se a legislação não nos fala do cotidiano da gestão da educação e das competências efetivamente assumidas nessa gestão, ela nos anuncia como se imaginava que tal gestão deveria se dar, a quem caberiam determinadas responsabilidades e como que elas, devidamente articuladas, poderiam gerar eficiência e funcionamento ao sistema de

ensino. Será, pois, nessa direção, que interrogaremos a legislação escolar de Brasília relativa às competências legais na gestão do ensino nos primórdios da capital.

2.2. A LEGISLAÇÃO ESCOLAR SOBRE A GESTÃO DO ENSINO EM BRASÍLIA

Com a Lei nº 2.874 de 19 de setembro de 1956, foi instituída a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, para dar início a construção de Brasília. A partir de então a NOVACAP passou a ser a grande empresa gestora que tinha como pressuposto a responsabilidade de executar, exercer e gerenciar o projeto da nova capital (BRASIL,1956). Como já citado anteriormente, a construção de Brasília exigia mão de obra, essa mão de obra que aqui veio trouxe famílias que necessitavam prover educação dos seus filhos, conforme nos relata a professora Eva Pereira (2011, p.98)

Também a gestão da educação de Brasília teve seu início em 1956, sob a tutela da NOVACAP, com o Departamento de Educação e Saúde, criado ao final daquele ano, tendo o objetivo de “promover a educação primária das crianças filhas de funcionários e operários que vieram realizar a construção da nova cidade” (BRASÍLIA,1984). Mais a frente, a Portaria nº103/B/59 deu a NOVACAP o encargo de promover as atividades educacionais até o Sistema Educacional do Distrito Federal estivesse implantado em definitivo. Anteriormente já havia cabido à Companhia Urbanizadora da Nova Capital, por meio do seu Diretor Ernesto Silva, inaugurar em “10 de setembro de 1957 a primeira escola primária pública de Brasília, com o nome de Grupo Escolar 1, depois Escola Classe Júlia Kubitscheck” (DISTRITO FEDERAL,1984). Sobre essa escola, Ernesto Silva nos relata que:

No princípio havia poucas crianças, quem aqui chegava eram os operários e os funcionários. Só que em 1957 começaram a chegar famílias. Havia na Cidade Livre, ou Núcleo Bandeirante, duas escolas particulares, mas a NOVACAP providenciou desde logo uma sala de aula, no pavilhão da administração, para os filhos dos seus operários e funcionários. Foram contratados dois professores: Amabile Andrade Gomes e Mauro da Costa Gomes. A classe funcionava precariamente: aguardávamos o término da construção da primeira escola primária. O projeto do primeiro Grupo Escolar era de Niemeyer e constava de sala de aulas, biblioteca, cozinha, refeitório e recreio coberto. Todo foi realizado em às pressas, em 20 dias (SILVA, 1999, p.78).

A Escola que se refere Ernesto Silva era o Grupo Escolar 1, situado na atual região administrativa da Candangolândia. Funcionou até o ano de 1966 sob a administração da

NOVACAP, passando a integrar a rede oficial de ensino com o Decreto Nº 481, da então Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (PEREIRA, 2011, p.146). Pode-se dizer que se adotou ali um modelo de gestão escolar empírico, ou seja, construído na prática, pois, funcionava em contra turno com as crianças após o turno de aulas permanecendo na escola para atividades extras por três horas, uma espécie de escola integral, com a alimentação fornecida pelo SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social). A administração da escola propriamente dita foi realizada por rodízio, como nos relata SILVA (1999, p.79):

Durante os primeiros meses de funcionamento, a escola não teve diretora designada. Por decisão do grupo de professores, a direção da escola era exercida por todas as professoras, em sistema de rodízio renovado a cada vinte dias, sendo que as tarefas, pedagógicas e administrativas, eram definidas coletivamente. Após essa experiência de gestão, o grupo elegeu, por voto direto, uma das colegas, a professora Santa Soyer, como primeira diretora.

Além desse primeiro grupo escolar a NOVACAP também administrava as escolas que iam surgindo nos acampamentos montados para a construção da cidade. A contratação de docentes se dava através de concurso, eram verificados, para admissão, títulos, entrevista e prova prática. A historiografia sobre essas escolas afirma que havia um rigor que pode ser verificado pelo índice de reprovação, 40% do total de candidatos (DISTRITO FEDERAL, 1984)

Ainda segundo Henriques e Pereira (2011), para garantir alguma qualidade de ensino, era proporcionado aos educadores estágios e curso intensivo em outros centros de estados de federação. Essa troca de experiência e aperfeiçoamento se deu entre os anos de 1958 e 1959, quando 10 a 12 professores foram se qualificar na Escola Parque de Salvador, três no Rio de Janeiro e uma professora em Porto Alegre. Os educandos à época recebiam assistência de ordem econômica para a aquisição de material escolar, uniformes, com uma ajuda de custo, ainda havia uma assistência social que mantinha um contato permanente com a família dos alunos, eles eram incentivados a participar das festividades promovidas pela escola, tanto de cunho religioso (sempre as da igreja católica, pois, a maioria dos alunos eram praticante desse culto). (HENRIQUES E PEREIRA, 2011, p.153 e 155)

Evidencia-se, a partir dessas informações levantadas, que os primórdios da gestão do ensino em Brasília não se deram no âmbito de uma secretaria de Estado da Educação propriamente dita e sob a tutela de técnicos em educação, mas de uma Companhia

construtora que cria um órgão específico para tal finalidade, antes mesmo da implantação de um sistema oficial de ensino. Essa marca de improviso, mas também de criatividade, na busca por soluções para situações imprevistas – como a presença de crianças a demandar escola junto de seus pais operários – é que permeou as primeiras iniciativas de gestão da educação na nova capital.

Somente em 1959, quando é criado o Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP, em 30 de abril – é que se nota uma preocupação mais clara com a Gestão do Ensino na nova capital, com o objetivo de se efetivar um ensino modelar, levando em conta as inovações técnicas e os padrões qualitativos da época. Essa preocupação se intensifica ainda mais quando, em 22 de dezembro de 1959, é constituída a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB) por meio do Decreto nº 47.472, do Ministério de Educação e Cultura. Esse novo órgão tinha por finalidade substituir o Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP na tarefa de organizar e administrar o sistema de ensino de Brasília. O Decreto Presidencial e a Exposição de Motivos do Ministro da Educação e Cultura, que cria a CASEB, tiveram a seguinte redação:

Senhor Presidente:

Até o momento vem a NOVACAP mantendo e administrando as escolas primárias de Brasília; as escolas secundárias os particulares as de alfabetização de adultos são mantidas por este Ministério. Com a mudança da Capital, no próximo ano, essas escolas serão acrescidas dos novos estabelecimentos de ensino, que serão abertos na área do Plano Piloto e que irão atender, de preferência, a população juvenil a ser transferida em abril. As escolas já existentes, as que serão abertas para atender ao primeiro escalão da mudança e as que serão construídas e instaladas na vigência do atual governo deverão integrar-se em amplo e moderno sistema de ensino. Nestas condições, entende este Ministério que medidas urgentes de caráter geral destinadas a administração do sistema educacional de Brasília deverão ser tomadas pelos órgãos especializados deste Ministério, mesmo antes da implantação definitiva da administração local no novo Distrito Federal. Assim, tenho a honra de submeter a aprovação de Vossa Excelência o projeto de decreto, em anexo, pelo qual é instituída, neste Ministério, uma Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, constituída pelos diretores dos diversos Departamentos do MEC e um representante da NOVACAP. (DISTRITO FEDERAL, 1984)

A preocupação com a Gestão das escolas em Brasília fica clara quando o dirigente do Ministério da Educação faz um clamor pela criação da CASEB para administrar as escolas constituídas e as serem construídas na Capital Federal. Essa preocupação reverbera o modelo de Estado populista e desenvolvimentista que o país vivia a época,

pois, havia movimentos em prol da escola pública, universal e gratuita (PINTO,1986, p.64), apesar de deixar claro em sua fala, que essas novas escolas seriam constituídas no Plano Piloto, região nobre de Brasília. Outro aspecto a ser levantado na necessidade da criação da CASEB remete ao processo de construção do ambiente escolar, que deve ir além de assimilação de técnicas de administração que proporcione a eficiência organizacional traçada pelos administradores públicos, pois, a organização escolar apresenta objetivos distintos daqueles vividos pelas empresas e, por esta razão, necessita de uma construção teórica própria, capaz de abarcar seus problemas e sua especificidade (LIMA, 1989, p. 39). A redação do decreto nº 47.472 que veio efetivamente instituir a CASEB – ficou assim:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal,
DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no Ministério da Educação e Cultura a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (C.A.S.E.B.).

Art. 2º C.A.S.E.B. será constituída do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, que a presidirá, do Diretor do Departamento de Administração, do Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, dos Diretores do Ensino Secundário, do Ensino Comercial e do Ensino Industrial e de um representante da NOVACAP.

Art. 3º A execução das decisões da C.A.S.E.B. ficará a cargo de um Diretor Executivo, coadjuvado por um Coordenador do ensino primário, um Coordenador de ensino médio e um coordenador da educação física e recreação.

Art. 4º Os recursos destinados, no Orçamento da União, à construção e à manutenção do sistema educacional de Brasília, serão depositados em conta especial no Banco do Brasil S.A. e ficará à disposição da C.A.S.E.B.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura baixará as normas e instruções necessárias à execução deste decreto.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1959; 138º da Independência e 71º a República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado S. Paes de Almeida “ (BRASIL,1959).

Com esse decreto a NOVACAP deixa de ser a grande administradora da educação em Brasília, passando a gerência desse sistema a um órgão técnico da área da educação, de forma exclusiva.

Como primeira providência da CASEB, a direção executiva constituiu uma comissão encarregada de fazer um levantamento do que estava efetivamente acontecendo na educação em Brasília. Essa comissão, composta por um diretor executivo e três coordenadores, assessorados por especialistas em educação e arquitetura, fez um inventário das condições das escolas e das construções escolares que estavam sendo realizadas naquele momento, estando atenta também aos aspectos sociais e demográficos que permeavam a cidade em construção. A comissão permaneceu de 7 a 10 dias em constante contato com os diretores, administradores e técnicos da NOVACAP, acompanhados por representantes do Ministério e do Grupo de Trabalho de Brasília, assim, o levantamento técnico assumiu resultados mais fieis a realidade.

No Boletim de nº 47.472 em seu artigo 59 de Constituição da CASEB, apresentado pelo Ministério da Educação e Cultura, o governo definia com finalidade da comissão a organização e administração do ensino primário e médio em Brasília e incremento das atividades culturais na cidade. Para desenvolver esse trabalho a CASEB seria constituída por uma Comissão Deliberativa e uma Direção Executiva. Em dezembro de 1959 o Ministério da Educação e Cultura determinou que a CASEB promovesse, em colaboração com a NOVACP, a convocação de professores para constituírem o quadro funcional das escolas do Distrito Federal. A escolha deveria se desenrolar por meio de um concurso de abrangência nacional. Conforme normatização do Ministério da Educação e Cultura, o professor Roberto Gomes Leobons elaborou uma carta circular com a seguinte informação:

MEC - COMISSAO DE ADMINISTHICAO DO SISTEMA
EDUCACIONAL DE BRASILA (CASEB)

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1960

Senhor Professor:

Para a organização do sistema educacional de grau elementar e médio em Brasília, está o Ministério da Educação e Cultura selecionando professores, conforme as seguintes condições gerais:

1. A escolha de professores destinados a escolas primárias e jardins da infância, será baseada nos elementos fornecidos pelo formulário anexo, no resultado de prova escrita e de entrevistas com o candidato.
2. Os professores escolhidos firmarão contratos de prestação de serviços regidos pela legislação trabalhista e perceberão salário mensal entre Cr\$ 15.000,00 e 25.000,00.
3. Os professores selecionados receberão passagens para si e sua família, ajuda de custo para sua instalação em Brasília e terão direito a residência mediante pagamento de aluguel acessível. Os ensinos primários e médio serão gratuitos aos seus filhos.
4. Os professores estarão obrigados a um mínimo de seis horas diárias de trabalho, o qual consistirá em ensino, preparo das aulas e de material didático na própria escola, orientação do estudo dirigido, participação em

seminários, atividades extraclasse e outras, decorrentes da função docente.

Maiores esclarecimentos serão prestados por ocasião das entrevistas com o candidato.

Dando, por esta forma, aos professores capazes de todo o país uma oportunidade de virem a servir a causa da educação na nova Capital, solicito-lhe preencher a incluso formulário e devolve-o ao endereço abaixo indicado até 25 de janeiro de 1960, ficando certo de que as informações nele prestadas terão caráter confidencial. Os formulários dos candidatos não aproveitados lhes serão restituídos.

Armando Hildebrand

Diretor Executivo. (DISTRITO FEDERAL, 1982, p.33).

Nessa busca por professores, a administração deixava claro o interesse por profissionais qualificados e aos quais seria dada uma formação continuada. Procuravam assegurar certo conforto aos professores, pois, havia uma oferta de salário diferenciada dos outros lugares da federação. Conforme Francisco Heitor de Magalhães Souza (PEREIRA et al., 2011p.211) nos relata, nas entrevistas realizadas com professores que para Brasília, esses apresentavam-se muitos entusiasmados pelas vantagens econômicas que eram ofertadas, e isso foi o que mais incentivava a vinda dos profissionais para Brasília. Por tudo isso, o concurso proposto pelo Ministério da Educação e Cultura teve 2.000 inscritos (Distrito Federal. 1970.)

Após ter transcorrido meio ano da instituição da CASEB, foi instituído pelo decreto lei nº 48.297 de 17 de junho de 1960 a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL com o objetivo de assegurar a eficácia do sistema de ensino oficial. A partir desse decreto foram revogados todos os outros anteriores. Com isso, a Fundação Educacional do Distrito Federal passou a supervisionar os níveis primários e médio do ensino do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 2001, p 48). Embora a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal fosse para substituir a CASEB, essa, ainda permaneceu com o vínculo empregatício dos professores até o dia 31 de janeiro de 1961 (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 69)

A criação da Fundação Educacional do Distrito Federal objetivou descentralizar a gerência da educação em Brasília, pois, quando o Estado institui uma Fundação ele está pensando na gestão descentralizada, conforme nos fala JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO (2006, p. 203) a fundação tem seus bens e ações descentralizadas e um caráter bem específico da lei, então ao criar a Fundação Educacional do Distrito Federal a época era para tornar a educação em Brasília muito mais servientes e as decisões e

normas estabelecidas pelo Governo Federal e serem mais contundentes na sua aplicação, pois, se havia um amparo financeiro era para que se cumprisse as determinações.

Caminhando para a conclusão deste capítulo, o quadro a seguir procura sintetizar, além das leis/portarias de criação do Departamento De Difusão Cultural da NOVACAP, da CASEB e da Fundação Educacional do Distrito Federal, algumas leis complementares que, no conjunto e dentro do contexto histórico aqui desenhado, foram produzidas entre os anos de 1959 e 1960 com vistas à organização do ensino em Brasília e, especialmente, sua gestão (Quadro 1):

TÍTULO DA LEI	ANO	EMENTA
Portaria nº 103/B	30 de abril de 1959	Cria o DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO CULTURAL DA NOVACAP – Primeiro Órgão a cuidar da Educação no Distrito Federal – A finalidade desse departamento de Educação era a orientação educacional, difusão cultural, o folclore e organização de certames educacionais que aviessem elevar o nível cultural. (DISTRITO FEDERAL, 1984).
Decreto nº 47.472	22 de dezembro de 1959	Institui a Comissão de Administração de Sistema Educacional de Brasília (C.A.S.E.B.). Fica instituída, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Administrativa do Sistema Educacional de Brasília (C.A.S.E.B.). (DISTRITO FEDERAL, 1984).
Portaria nº4	5 de janeiro de 1960	Portaria nº 4, de 5 de janeiro de 1960, que expede a Regimento da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB).
Decreto Nº 47.832-A	04 de março de 1960	Institui a Fundação Educacional Brasília O órgão tem a finalidade de organizar e manter o ensino em Grau Médio na Nova Capital. A Fundação Educacional será um órgão deliberativo e fiscal. (DISTRITO FEDERAL, 1984).
Decreto nº 48.297	17 de junho de 1960	Dispõe sobre a instituição da Fundação Educacional do Distrito Federal. Dispõe sobre a instituição da Fundação Educacional do Distrito Federal(DISTRITO FEDERAL, 1984).

Quadro 1 – Síntese da legislação organizadora do sistema de Ensino de Brasília (1959-1960)

No capítulo seguinte, iremos interrogar cada uma dessas leis, a fim de evidenciar melhor as competências legais na gestão do sistema de ensino da nova capital que elas procuraram definir e/ou redefinir, entre os anos de 1959-1960.

3. A GESTÃO DO ENSINO EM BRASÍLIA ENTRE 1959-1960

Este terceiro capítulo tem como objetivo apontar as competências legais estabelecidas para a gestão do ensino em Brasília entre os anos de 1959 a 1960, na legislação consultada. Serão analisadas as Competências na Gestão do Ensino de Brasília a partir da legislação referente a criação do Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP (1959), da C.A.S.E.B (1959-1960) e da criação da Fundação Educacional do Distrito Federal (1960). A análise se focará nos aspectos da legislação que tratam do gerenciamento do Ensino no Distrito Federal, evidenciando como foi articulada a gestão do ensino no período aqui pesquisado.

3.1 AS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DO ENSINO NA LEGISLAÇÃO RELATIVA AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL DA NOVACAP (1959)

Antes de abordarmos as competências da gestão do ensino em Brasília a partir da Criação da CASEB, em dezembro de 1959, convém analisar a estrutura administrativa do Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP, estabelecida pela Portaria Nº 103/B de 30 de abril de 1959 (revogada em reunião de Diretoria da NOVACAP de 13/08/1960). Ficou organizada da seguinte maneira (Figura 1)

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL DA NOVACAP

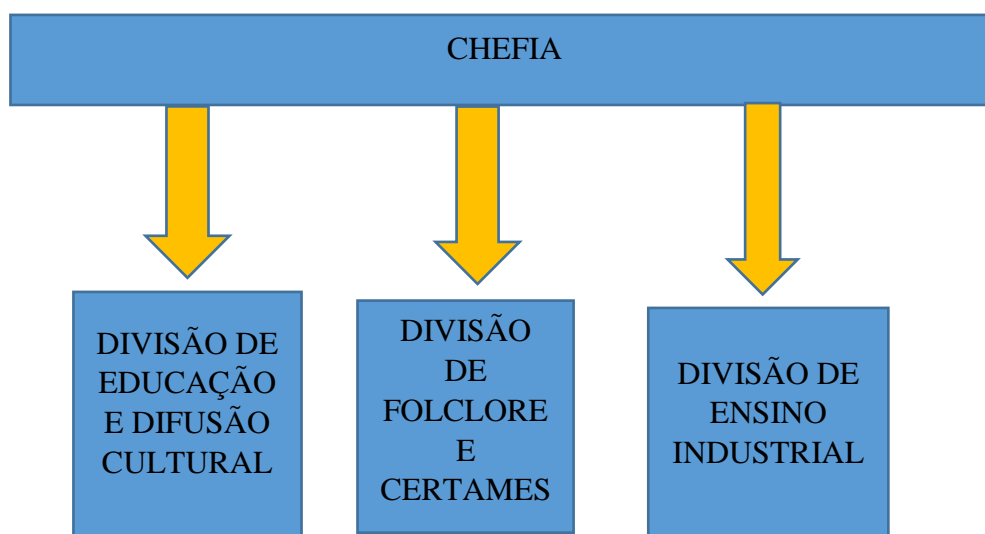


Figura 1 - Organograma Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP.

Por essa portaria, o Presidente da NOVACAP dá início a Gestão Educacional de forma efetiva no Distrito Federal. A composição proposta tinha a definição de uma chefia vinculada a NOVACAP que deveria dirigir três divisões. Tal chefia tinha, logo abaixo, a administração de três divisões com finalidades educacionais e culturais, muito vinculada as propostas do Plano de Ensino de Anísio Teixeira, que pensava na educação a partir da cultura existente na família se integrando com a escola.

Deve se salientar que o *Departamento de Educação e Difusão Cultural* a partir de sua chefia deveria organizar e disciplinar as divisões e opinar sobre os seus funcionários, pois, era pelo intermédio desse departamento que se criariam mecanismos para os certames de contratação de pessoal (PORTARIA – 103/B, artigo 1º). Uma competência muito clara da legislação estava na obrigação do departamento em manter um relatório semestral das atividades desenvolvidas em cada setor e também manter um sistema de cooperação com o Ministério da Educação e Cultura da época (PORTARIA – 103/B, artigo 3º). Dentro dessa estrutura de gestão, cabia a cada Divisão do Departamento de Educação e Difusão Cultural da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (CASEB), por seu turno, funções determinadas e também detalhadas pela legislação.

A *Divisão de Educação e Difusão Cultural* deveria organizar, orientar e selecionar professores para as escolas, bibliotecas e museus nos diversos níveis

educacionais, exceto universitário, da Nova Capital (PORTARIA – 103/B, artigo 3º, alínea a, b e c). Lhe competiria, ainda, por meio de estudos estatísticos, promover a criação e organização de escolas, apresentar trimestralmente relatório das atividades desenvolvidas em cada setor das escolas e bibliotecas existentes (PORTARIA – 103/B, artigo 3º item 1 a 6).

A *Divisão de Folclore e Certames* tinha como incumbência organizar e orientar desfiles cívicos, representações teatrais, concertos e competições esportivas, com levantamento que justificasse as atividades bem como apresentar trimestralmente relatório das atividades desenvolvidas (PORTARIA – 103/B, artigo 3º).

A *Divisão de Ensino Industrial* tinha com atribuição planejar, instalar orientar escolas para aprendizagem industrial, atenta a promoção e aperfeiçoamento de pessoal, tanto dos docentes como administrativo, assim como fazer a indicação do quadro de funcionários e promover cursos de Educação para adultos, a Divisão deverá promover a formação e aprimoramento profissional com cursos voltados para adultos, focados na necessidade do mercado de trabalho (PORTARIA – 103/B, artigo 3º). Essa divisão tinha a inteira responsabilidade e controle sobre os artefatos⁷ produzidos nas escolas a partir da orientação estabelecida pela NOVACAP, lembrando que esses artefatos poderiam ser vendidos e produziam uma renda para esses educandos, uma das maiores tarefas que deveria manter essa Divisão é o estabelecimento do sistema de cooperação entre escola e empresa, os alunos ao final deveriam ter uma participação do capital angariado pelos seus trabalhos, que os ajudariam com as despesas do curso (PORTARIA – 103/B, artigo 3º). A Divisão deveria apresentar um relatório mensal das atividades, assim, como a movimentação financeira das diferentes escolas mantida pelo órgão. Deveria procurar fomentar cursos para adultos que promovesse a formação e aprimoramento profissional para os diversos mercados de trabalho, mão de obra qualificada (PORTARIA – 103/B, artigo 3º). Isso pode remeter a uma das Metas do Governo de Juscelino Kubistchek, de industrialização e modernização do país, pois, a gestão Kubitschek, estaria fortemente voltada a empreender a vitória do país contra a barreira do analfabetismo e despreparação intelectual e técnica que impunha-se aos objetivos de alta e veloz modernização almejados para o país, buscando por meio do plano de metas, quanto à educação, a meta de número 30 do plano, visava dotar o país de uma infra e superestrutura industrial,

⁷ São considerados artefatos todo material produzidos durante uma aula pelo aluno.

modificando a conjuntura econômica do país que devia ser acompanhada de uma reestruturação educacional. Incluindo assim neste programa, a formação de pessoal técnico, visando um panorama de educação para o desenvolvimento que se pretendia. (MEDONÇA, 1986, p. 58,64).

Ao criar formalmente essa estrutura para dar início a gestão do ensino em Brasília o governo estruturou o Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP de tal forma que ele fosse capaz de administrar o ensino de Brasília a partir das tomadas de decisões sobre os recursos que o próprio governo punha a disposição da Comissão. Os recursos materiais, financeiros e humanos, geridos no interior do Departamento de Educação e Difusão Cultural e suas divisões, viabilizaram a criação de uma pré-estrutura educacional para a Nova Capital. Com isso, é possível afirmar que os parâmetros de gestão praticados a época eram centralizados nos moldes determinados pelo governo federal de então. Fica clara essa afirmação quando se observa essa estrutura administrativa compartimentada por departamentos e divisões. O tipo de gestão é uma gestão científica em que o gestor deve planejar, programar as tarefas, avaliar e controlar a execução de todos os elementos do processo produtivo, ou do trabalho a realizar, cujo o resultado seria a economia de tempo e aumento da produtividade (BRAVERMAN, 1987, p.5).

Para época era muito importante ter uma administração estruturada cientificamente. Isso fica bem claro quando José Quirino Ribeiro afirma que fatos administrativos envolvem a previsão, a organização, a coordenação e o controle e podem induzir ao surgimento de Leis que entrelaçam a administração científica (RIBEIRO, 1938, p.36)

Vale lembrar que a administração ou gestão científica está baseada nos princípios administrativo propostos por Taylor em 1911, em que ele formulou fundamentos básicos ou processos e controles técnicos para os processos de trabalho. Para Taylor deveria haver um controle do ritmo do trabalho, seleção e treinamento da mão de obra, principalmente para execução de tarefas, padronização racional do trabalho (divisão de cargos e tarefas), prêmios para o atingimento de metas, planejamento e controle do trabalho e especialistas responsáveis capacitados para as funções determinadas. (TAYLOR, 1986.)

Mas no campo da administração pública o modelo seguido era o weberiano que está vinculado ao da burocracia hierarquizada, sustentado pela racionalização, padronização técnica de métodos e procedimentos. Aquela época a administração burocrática, conforme nos relata Carvalho (2012, p.48), era compreendida como um tipo de poder institucionalizado e oficial, cuja legitimidade baseia-se no estabelecimento de normas e regulamentos racionalmente definidos e previamente estabelecidos. O modelo weberiano tinha uma “estrutura hierarquia vertical, por uma organização racional em divisão do trabalho e a programação sistemática do trabalho eram pré-fixados por regras e técnicas com adequação aos meios e seus fins” (CARVALHO, 2012, p. 48). Quando observamos a estrutura do Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP por meio do seu organograma esse tipo de gestão fica bem evidenciado, mas não de forma exclusiva.

Apesar do peso weberiano presente na administração pública, as formas de organização e administração educativas eram influenciadas por princípios que Lima (1994) denominou de “taylorização do trabalho educativo institucionalizado”. Portanto, a organização escolar, ao responder às demandas do mundo do trabalho e da vida social, apresentava elementos comuns às grandes empresas burocráticas, tais como: rigidez das leis e dos regulamentos escritos, os quais poderiam ser postos em prática por todas as escolas; hierarquia da autoridade; centralização do poder nas mãos do administrador escolar; racionalização; parcelamento do trabalho pedagógico; divisão de tarefas e atividades especializadas; divisão de funções entre planejamento e execução. Os especialistas eram incumbidos de planejar racionalmente o trabalho educacional: eles “pensam, programam e supervisionam a decodificação da programação preestabelecida” (FRIGOTTO, 1984, p. 169). Fica evidenciado também essa concepção de administração ao observar a departamentalização da Comissão com tarefas pontualmente estabelecidas.

3.2. AS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DO ENSINO NA LEGISLAÇÃO RELATIVA À CASEB (1959-1960)

Dando continuidade à “taylorização” do “modelo weberiano” do Departamento de Educação e Difusão Cultural da NOVACAP – mas empreendendo uma mudança significativa no corpo técnico encarregado da gestão do sistema de ensino – em 22 de dezembro de 1959 o Presidente da República cria efetivamente a C.A.S.E.B. Essa grande

atenção dada pelo então Presidente da República Juscelino Kubitscheck é destacada por Eva Waisros Pereira, ao nos contar que o discurso presidencial foi matéria de relevância publicada no Jornal Correio Braziliense (PEREIRA, 2015, p.113). Com essa nova legislação, a CASEB ficou estruturada como representado no Organograma da Figura 2:

DECRETO Nº 47.472 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1959
ORGANOGRAMA C.A.S.E.B

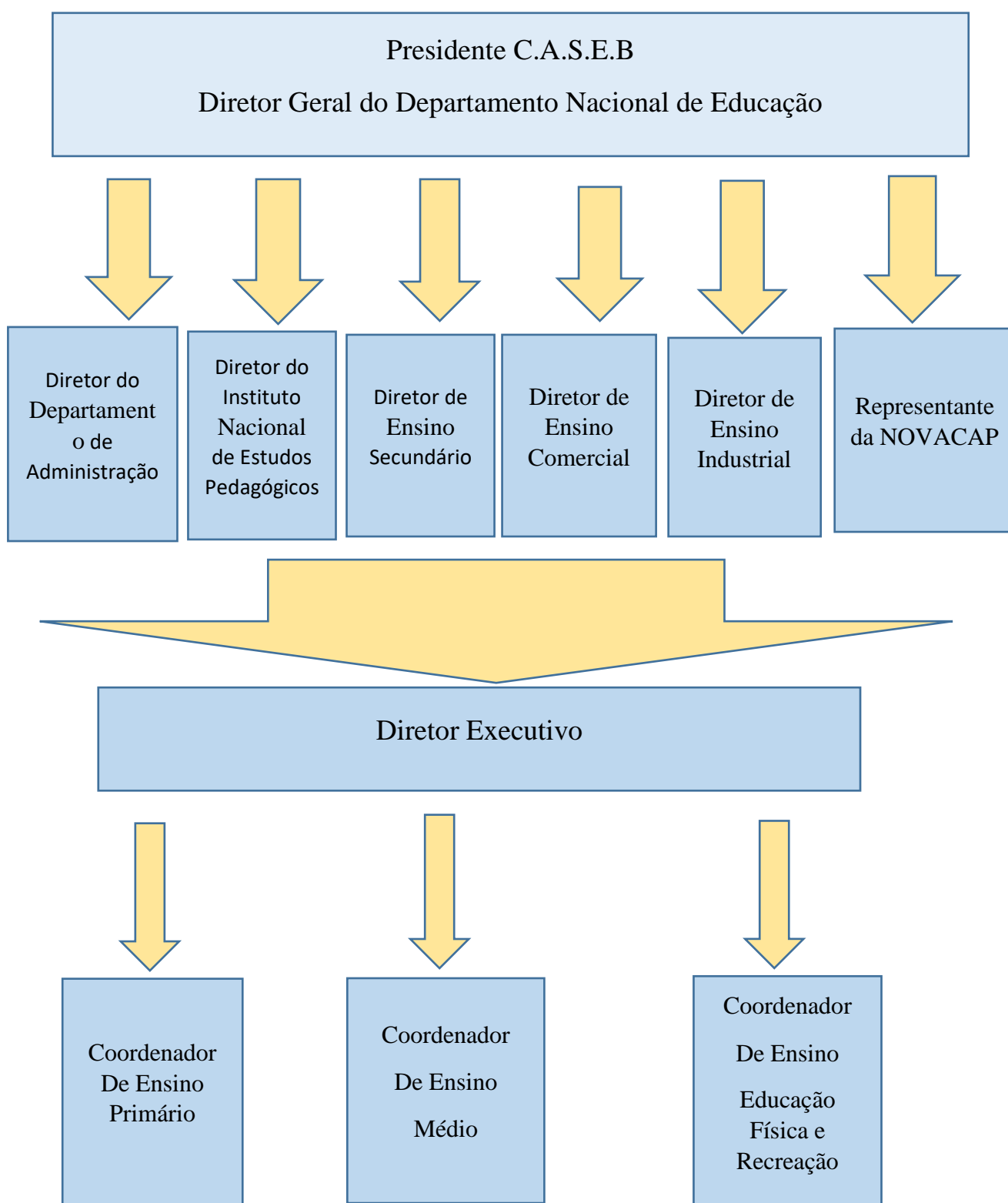


Figura 2 - Organograma Decreto Nº 47.472 de 22 de dezembro de 1959 organograma C.A.S.E.B

Com a definição efetiva da estrutura da CASEB, essa comissão ficou subordinada e vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura, pois, apesar de ainda ter um representante da NOVACAP, contava com seis representantes, do então, Ministério da Educação e Cultura (DECRETO Nº 47.472 - 1959, artigo 1º). Isso evidência, assim, a “passagem de bastão” do sistema educacional, quase que integralmente, para as mãos de técnicos, isto é, especialistas em educação. Aqui ficam evidentes os objetivos políticos e econômicos do governo Kubistchek, que exigiriam da gestão a instrumentalização de um complexo planejamento de viabilização deste novo projeto educacional. O governo à época tinha estabelecido Metas que se voltariam para setores chaves da economia, nos quais estaria então incluída a Educação Nacional, principalmente no que se refere aos investimentos financeiros destinados a esta, a mudança das diretrizes deste sistema educacional e futuras medidas político educacionais. (BRASIL, MEC, 1960). Em geral todos acreditariam no poder de transformação social da educação, com a escola pública passando a ter postulada uma importante missão: modernizar o país, através da mão-de-obra que formava, integrando via processo educacional os setores mais pobres da população. (XAVIER, 2003, p. 84) A missão primordial agora era implementar o Plano de Construções Escolares de Brasília, que havia sido planejado por Anísio Teixeira.

Essa Gestão deu-se com uma Chefia proveniente do Diretor Geral do Departamento de Educação do Ministério. Abaixo desse Diretor ficavam cinco Diretores e um representante da NOVACAP, a seguir vinha um Diretor Executivo que comandava três coordenações que executavam as demandas de toda a Comissão (DECRETO Nº 47.472 - de 22 de dezembro de 1959, artigo 2º). A estrutura da diretoria da CASEB foi ampliada para dar capacidade à Comissão de fazer cumprir o planejamento estabelecido anteriormente na Portaria 103/B, pois, foi nessa portaria que ficou determinado o gerenciamento da Comissão, o que realmente cabia a mesma desenvolver na Gestão estabelecida. Porém, nesse momento com a tutela do Ministério da Educação e Cultura, passou a ser uma ação de governo (DECRETO Nº 47.472, artigo 1º). Com a nova estrutura tem-se como meta pôr em prática o Plano Educacional para a Nova Capital. O objetivo do Governo era a criação de uma cidade moderna e arrojada, então, para que isso acontecesse houve um apoio financeiro que visava criar um modelo educacional diferente para o país. Havia um apoio não só financeiro, mas também tecnológico para esse modelo de educação proposto. Esse apoio fica claro no Decreto nº 47.472 quando há uma

determinação orçamentária dos recursos no próprio Orçamento da União à época (DECRETO Nº 47.472, artigo 4º).

A CASEB surge ancorada pelo Ministério da Educação e Cultura sendo isso muito bem claro quando o Ministério procura centralizar a Gestão da CASEB ao nomear gestores vinculados ao órgão e também ancorada a NOVACAP mantendo tudo com uma administração vinculada aos interesses do Governo Federal. Portanto podemos afirmar que a administração da CASEB era centralizada no poder federal e gerenciada por um colegiado (DECRETO Nº 47.472, artigo 2º). Chega-se a conclusão de que a gestão educacional adotada nos primórdios da concepção de Brasília está relacionada com a organização da sociedade daquele período e se percebe que a escola tinha de alavancar a política de metas do Governo de Juscelino Kubistchek, o próprio Anísio Teixeira percebe a escola como o caminho de alavancagem para o progresso social, pois, a ação da escola extrapola seu campo específico, expressando alterações políticas, econômicas e sociais resultantes das exigências de reorganização do capital (TEIXEIRA, 1955, p. 104). Anísio Teixeira tinha a escola concebida a partir de uma administração científica, em que ao adotar essa linha de pensamento racional na administração escolar podia se ter uma neutralidade, racionalidade e objetividade no fazer escola (TOLEDO, 1986, p. 225).

Vale lembrar que vários educadores verificaram certa desorganização do aparelho escolar, surgindo, assim, os primeiros escritos sobre a administração escolar no Brasil, a saber: Leão (1945), Ribeiro (1986), Lourenço Filho (2007) e Teixeira (1964; 1997) que representam esse arcabouço teórico. No início do século XX, “a administração da educação começa a inspirar-se na organização inteligente das companhias, das empresas, das associações industriais ou comerciais bem aparelhadas” (LEÃO, 1945, p. 154). Situando a administração escolar no âmbito da administração geral, Henry Fayol a compreende como um conjunto de operações: técnicas; financeiras; de segurança; de contabilidade e as administrativas. Ressalta-se que a estrutura administrativa que se compõe a partir dessa orientação deixa explícita uma forma de organização baseada na hierarquia das funções. Nessa perspectiva de administração, os diretores assumem papel preponderante, é a figura central. É o líder, condutor educacional de sua gente, o árbitro nos assuntos de educação.” (LEÃO, 1945, p. 158).

O Ministro Clovis Salgado, emite a Portaria Nº 4 em 05 de janeiro de 1960 que determina o Regimento da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília – CASEB – (PORTARIA Nº 4, artigo 1º, 1960). A Portaria Nº 4 em seus 9 artigos

trata das relações administrativas que deveria manter a CASEB para organizar e administrar o ensino primário e de grau médio, como o de incrementar as atividades culturais em Brasília. Essa comissão deveria ser constituída de uma Comissão Deliberativa e uma Direção Executiva. Deixando claro agora os princípios da administração científica defendida por Quirino Ribeiro (1986, p.10), pois, a administração escolar deve atender a uma filosofia e a uma política de educação. Filosofia de educação é entendida como objetivos e ideais de educação que levava em conta o porquê de se educar, a escolha e a determinação dos fins que se pretende alcançar com o processo educativo. A política de educação, por sua vez, opera como meio de realizar os objetivos e ideais da filosofia de educação.

PORTARIA Nº 4
Regimento da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília –
CASEB -



Figura 3 - Portaria Nº 4 Regimento da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília

Em sua determinação executiva a Portaria tinha atribuições bem pontuais na qual a Comissão Deliberativa, com os seus cinco membros, deveria planejar, organizar e determinar as normas de seleção do corpo docente, administrativo e técnico para o sistema educacional, assim, como determinar a localização e organização da construção dos prédios e equipamentos escolares. Aprovar o plano anual de trabalho da CASEB, assim, como as normas regulares das atividades educacionais e culturais (PORTARIA Nº 4, ARTIGO 2º, parágrafo 1º).

Ao Diretor Executivo cabia propor planos de trabalho, aplicação dos recursos, executar as decisões da Comissão Deliberativa, realizar a coordenação geral das atividades que deveriam ser desenvolvidas no Sistema Educacional de Brasília providenciando uma boa administração das escolas e incrementar as atividades culturais. A movimentação de recursos e contratos especiais de trabalho também deveriam estar na responsabilidade do Diretor Executivo. Esse mesmo Diretor Executivo deveria determinar as tarefas que seriam executas pelos prestadores de serviços, prestar conta a Comissão Deliberativa das despesas efetuadas no início de cada ano com um relatório detalhado das atividades realizada no exercício anterior (PORTARIA Nº 4, ARTIGO 2º, parágrafos 2º e 3º). No mesmo documento o Ministro Clóvis Salgado alerta na Portaria que os órgãos do Ministério da Educação e Cultura deveriam colaborar com a CASEB naquilo que fosse solicitado, se houve casos omissos a Portaria seria resolvido pelo Ministério.

Ao final do documento produzido pela Secretaria de Educação do Distrito Federal em 1984, sobre a Portaria Nº4, relata que uma das primeiras providências que coube a CASEB estava a visita que os membros da Direção Executiva fizeram a Brasília nos dias 7 e 10 de janeiro de 1960, a visita teve como objetivo a verificação da situação educacional das escolas já constituídas e do andamento das novas escolas, bem como as perspectivas que estavam sendo apresentadas para instalação definitiva do sistema educacional programado para Brasília.

Por tudo apresentado pode se afirmar que a gestão da CASEB era pelos princípios da administração Taylor/ Weber, como foi caracterizada por Lima (1994) ” como educativo institucional”. Portanto, a organização escolar, ao responder às demandas do mundo do trabalho e da vida social, apresentava elementos comuns às grandes

empresas burocráticas, tais como: rigidez das leis e dos regulamentos escritos, os quais poderiam ser postos em prática por todas as escolas; hierarquia da autoridade; centralização do poder nas mãos do administrador escolar; racionalização; parcelamento do trabalho pedagógico; divisão de tarefas e atividades especializadas; divisão de funções entre planejamento e execução. Os especialistas eram incumbidos de planejar racionalmente o trabalho educacional: eles “pensam, programam e supervisionam a decodificação da programação preestabelecida” (FRIGOTTO, 1984, p. 169).

3.2 AS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DO ENSINO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF - 1960

A constituição da Fundação Educacional do Distrito Federal em 04 de março de 1960, deu-se por meio do Decreto Nº 47.832-A. Este propôs uma estrutura nova e ainda vinculada ao Ministério da Educação e Cultura para a gestão do sistema de ensino de Brasília.

Em seu primeiro parágrafo, ao instituir a Fundação Educacional do Distrito Federal, o Governo Federal já determina como finalidade a organização e manutenção dos estabelecimentos de ensino de grau médio da Nova Capital (DECRETO NO 48.297, artigo 1º, 1960). Aqui é preciso levar em consideração que ao fazer um recorte histórico em uma perspectiva da análise política da gestão educacional deve ser considerado a especificidade do plano de governo adotado à época, pois, é a partir do plano de governo que se observa as concepções político pedagógicas que norteiam a ação do governo federal naquilo em que estão voltados para materialização da sua política, como a do governo de Juscelino Kubitschek que tinha como objetivo industrializar o país em cinco anos, conhecido como política de metas. Portando ao estabelecer como objetivo primeiro a atenção ao desenvolvimento do ensino de grau médio em Brasília havia alinhamento às propostas políticas em circulação e que se materializavam na nova capital e seu sistema de ensino.

O Decreto, em seu segundo parágrafo, estabelece que a Fundação Educacional do Distrito Federal terá um órgão Deliberativo e Fiscal, um Conselho de Administração composto por seis membros com a Direção executiva a cargo de um Geral. (DECRETO Nº 48.297, artigo 2º inciso III, 1960), conforme o Organograma abaixo:

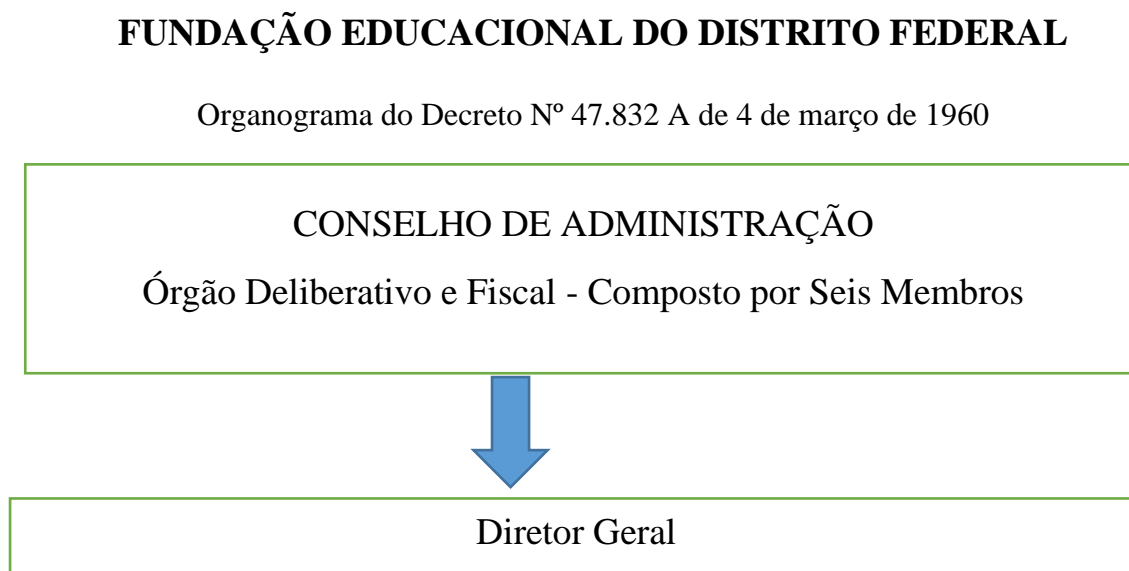


Figura 4 - Organograma do Decreto Nº 47.832 A de 4 de março de 1960

Conforme afirma o Decreto Nº 47.832 A de 4 de março de 1960: “Os Membros do Conselho Administrativo e o Diretor Geral serão designados pelo Presidente da República, para o exercício de mandatos de cinco anos. ” (DECRETO Nº 48.297, EMENTA). A Educação em Brasília ainda está amparada pelo Governo Federal, pois, o mesmo ainda mantém financeiramente o ensino em Brasília e nomeia os gestores. Não se deve esquecer que a gestão educacional constitui uma dimensão e um enfoque da educação que promove a organização, a mobilização e a articulação de condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço social que o governo a época tanto desejava, com a construção e transferência da Nova Capital. Para efetivar os objetivos socioculturais que o Governo Kubitscheck almejava era necessário que houvesse um avanço na potencialidade humana e como a educação é uma porta de dinamizar os talentos humanos, o governo fazia tanta questão de manter a tutela educacional de Brasília.

Um segundo passo governamental foi de criar o ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, publicado no Diário Oficial da União de Nº138 de 18/06/1960 e no Diário do Distrito Federal Nº5 de 28/06/1960 (DISTRITO

FEDERAL, 1981, p.20), que determina que o órgão é uma entidade autônoma e com a sede em Brasília e se subordina ao Decreto Nº 48.297. No Capítulo III do Estatuto encontra-se nos Artigos 8º ao 15º os órgãos de administração da Fundação Educacional do Distrito Federal a composição do Conselho Diretor e da Junta de Controle, apresentando um organograma mais completo da administração do Ensino no Distrito Federal. Segundo o estatuto o Conselho Diretor seria composto por seis membros, sendo que três nomeados pelo Governo Federal e os outros três pela Prefeitura do Distrito Federal, com um mandato de cinco anos (ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, CAPÍTULO II, ARTIGO 9º, 1960). O Presidente da Fundação Educacional seria o Secretário Geral de Assistência da Prefeitura do Distrito Federal, o Presidente poderá nomear seu substituto eventual pelos membros do Conselho Diretor. Com essa nova estrutura surge um novo Organograma da Fundação Educacional do Distrito Federal que amplia as competências administrativas do ensino. Embora não desvinculou ainda a administração do Governo Federal, houve uma autonomia maior a administração a Nova Capital, ficando da seguinte forma o Novo Organograma:

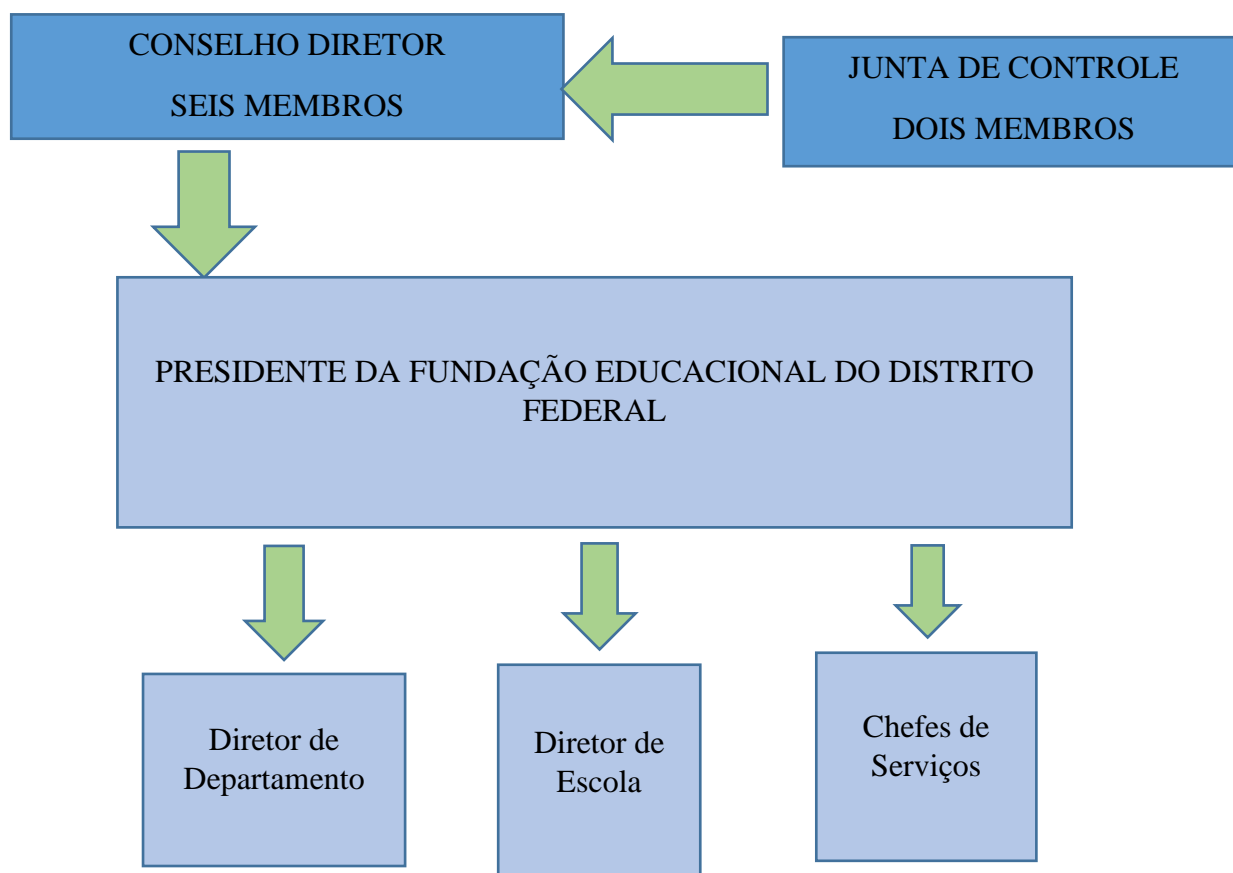


Figura 5 – Estrutura da Fundação Educacional do Distrito Federal

Nessa nova estrutura organizacional há funções que devem ser desempenhadas pelo Presidente da Fundação Educacional do Distrito Federal além do que fosse determinado pelo Conselho Diretor, que estavam em convocar, presidir o Conselho Diretor e assinar e movimentar os convênios e contratos, movimentar conjuntamente com o Diretor Administrativo os fundos financeiros do órgão e supervisionar os trabalhos da Fundação, além de contratar, promover e demitir o pessoal que compõem o quadro de funcionário (ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, CAPÍTULO I, ARTIGO 2, ALÍNEA de a,b a f 1960).

O Conselho Diretor tem a competência de aprovar o trabalho que será desenvolvido pela Fundação, as propostas orçamentárias e acompanhar a execução, autorizar a abertura de créditos adicionais, bem como a realização de qualquer serviço novo, fixar a remuneração e o regime de trabalho do pessoal, organizar o quadro de pessoal, assim como a tabela de vencimentos, como fixar as normas para admissão e promoção (ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, Artigo 11). Deliberar sobre a guarda e movimentação dos bens da Fundação, aprovar as tabelas de anuidades a serem cobradas aos alunos, encaminhar a Junta de Controle o balanço e relatórios anuais de acompanhados dos pareceres dos membros, aceitar ou rejeitar doações. “O presente Conselho só poderá funcionar com o mínimo de três membros e o Presidente com deliberação tomada por maioria de votos”. (DECRETO Nº 48.297, ARTIGO 2º).

O outro órgão a fazer parte da Fundação Educacional é a Junta de Controle, que era composta por dois membros de indicação de um feito pelo Governo Federal e o outro pela Prefeitura do Distrito Federal. Essa Junta tinha a competência de examinar os livros contábeis e papéis de escriturações da Fundação, o estado do caixa e os valores em depósito; ainda de lavrar no livro de “Atas e Parecer” da Junta de Controle. Os resultados dos exames do parecer devem ser apresentados ao Conselho Diretor sobre o desenrolar das atividades econômicas da Fundação, deve denunciar as irregularidades que perceber ao Conselho Diretor e convocar o mesmo (Decreto nº 48.297, artigo 8º).

Cabe ao Presidente da Fundação convocar o Conselho Diretor e a Junta de Controle, presidir o Conselho Diretor, supervisionar os trabalhos da Fundação, assinar convênios e contratos, movimentar, conjuntamente com o Diretor Administrativo, os

fundos da Fundação, mediante cheques, ordens de pagamento, organizar a transferência de dotações orçamentárias de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Diretor. Os Diretores das Escolas serão indicações de Diretores dos Departamentos, com aprovação do Conselho Diretor, os Chefes de Serviços por indicação do Diretor da Escola e aprovação do Conselho Diretor e demais cargos técnicos por indicação do Diretor de Departamento. (Decreto nº 48.297, artigo 10º).

Com o organograma a partir do estatuto da Fundação Educacional pode se afirmar que o Governo Federal manteve o amparo ao sistema educacional da Nova Capital, e ao manter financeiramente esse sistema leva ao entendimento que a educação para o governo é um instrumento de preparação que leva o desenvolvimento de recursos humanos tão necessários para as políticas de metas do Governo do Presidente Juscelino Kubistchek. Por isso, competia a Fundação Educacional determinar ações administrativas capazes de reunir conceitos, análises, intervenções e propostas eficazes para tornar o processo educacional e cultural eficaz e eficiente em suas estratégias as respostas das condições necessárias ao desenvolvimento desse novo recurso humano almejado a nova condição de desenvolvimento do país estabelecido no Plano de Metas ((Decreto nº 48.297, artigo 14º).

Um aspecto a ser levantado na gestão que se inicia pela criação da Fundação Educacional do Distrito Federal foi o de ser instituído uma fundação de direito público, ao fazer isso o governo cria uma pessoa jurídica de caráter especial que está associada há um conjunto de bens com finalidade determinada, outro aspecto que está descrito no Código Civil Brasileiro (art. 41, V, do Código Civil, BRASIL, 2002),” caracterizada por ser uma universalidade de bens para a realização de determinado fim social ou de interesse público e coletivo.” Pode se inferir aqui que o governo Federal teve a intenção de proteger juridicamente o Sistema Educacional da Nova Capital, dando a ela um ordenamento jurídico especial que fosse capaz de manter tanto financeiramente o sistema quanto juridicamente. Isso fica claro quando no ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL em seus artigos 9 e 11 o referido estatuto reitera o tipo de administração que será gerida a Fundação Educacional do Distrito Federal e como os recursos serão dotados e alocados. Marcelo Caetano (1962) nos aponta que a fundação pública surge quando a lei individualizada um patrimônio a partir de bens de uma pessoa jurídica de direito público e o afete, à realização de um fim administrativo e o dote de organização adequada: “O que há de essencial na fundação é a afetação de um

patrimônio à realização de um certo fim duradouro”(CAETANO, 1962,p.36) mas a realização só toma corpo no mundo jurídico e se torna suscetível de personalização quando disponha de organização suficiente para administrar o patrimônio e aplicá-lo segundo a intenção dos instituidores. Assim, ao lançar mão de uma Fundação de Direito Público para gerenciar o ensino em Brasília o governo quis garantir que fosse cumprido o planejamento estabelecido para o mesmo.

Com uma administração centralizada dirigida por um Conselho Diretor a Fundação Educacional começou suas atividades com uma administração colegiada, mas com a supervisão de uma Junta. Positivamente a administração da Fundação Educacional do Distrito Federal trazia em sua concepção um conceito mais inovador de administração, mas do ponto de vista jurídico-normativo (Decreto nº 48.297), suas estruturas organizacionais estavam predeterminadas uniformemente para todos os estabelecimentos de ensino da Capital desde a definição de currículos até calendários. Lembrando os princípios da Administração Científica, estabelecida por José Quirino Ribeiro, na sua diferenciação entre organização de administração. Organizar diz respeito a bem organizar elementos (coisas e pessoas) dentro de condições operativas (modos de fazer), que conduzam a fins determinados. Administrar, por sua vez, é regular tudo isso, demarcando esferas de responsabilidade e níveis de autoridade nas pessoas congregadas, a fim de que não se perca a coesão do trabalho e sua eficiência geral. E o conjunto dessas ações, o autor denominou de processo administrativo. Assim, o processo administrativo não deve ser concebido como um fim em si mesmo, mas como meio de tornar as instituições mais eficientes (RIBEIRO, 1986, p. 26).

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O trabalho teve como meta estudar as competências legais da gestão do sistema de ensino nos primórdios de Brasília, no período entre 1959 a 1960. Foi estabelecido esse período porque o mesmo apresentava legislação específica para o Sistema de Ensino de Brasília. Não deixando de lembrar que o plano educacional de Brasília foi pensado por Anísio Teixeira de uma forma tão moderna quanto o plano urbanístico pensado para a Nova Capital. Para Teixeira havia duas premissas importantes que deviam estar presentes no plano de ensino para Brasília. A primeira era de que o Estado deve oferecer educação de qualidade a todos para que houvesse uma qualificação adequada que impulsionasse a economia. A segunda estava em oferecer uma educação integral que desenvolvesse o educando de maneira totalitária (global), daí o nascimento das Escolas Parques.

Toda a legislação criada para o Sistema de Ensino de Brasília foi tutelada pelo Ministério da Educação à época, o legislador procurou estabelecer vínculos fortes com o governo federal para que o projeto educacional para a Nova Capital tivesse um real sucesso. Ficou estabelecido os cargos de Gestão e quem deveria ocupá-los, inclusive dessas cadeiras de gestão a C.A.S.E.B. que vem a ser efetivamente o primeiro órgão gestor de Brasília, tinha seus membros tanto vinculados a NOVACAP com ao Ministério da Educação. Quando da instituição da Fundação Educacional do Distrito Federal a legislação também estabelece a vinculação que cada membro deve ter com os órgãos que fazem parte da administração, tanto para a esfera federal como a local.

Ao pensar uma educação para Brasília, a Nova Capital, o legislador teve uma visão futurista, buscando ideias na escola moderna da administração, procuro implantar na legislação mecanismo de controle e amparo para o sistema que iria ser implantado na Nova Capital quando criou o organograma de cargos do sistema, determinou o tipo de financiamento que seria o sustentáculo para o mesmo. Dentro dos próprios organogramas que foram sendo criados com as legislações estudadas pode se observar a preocupação com o tipo de escola que Brasília deveria ter, o sustentáculo que deveriam receber os profissionais que viessem a atuar na rede de ensino público do Distrito Federal.

Durante o estudo Historiográfico realizado para esse trabalho pode se ver temas bem atuais na educação hoje no Brasil. Pois, temas como Educação Integral, preparação para o trabalho na Educação de Jovens e Adultos, com formação técnica, formação complementar e continuada para professor, assim, como uma democratização e

universalização do ensino. Foi na elaboração desse trabalho que pude observar como as vivências educacionais do passado em seus registros históricos podem nos proporcionar exemplos de práticas educacionais inovadoras que deram certo e se perderam podem ainda fazerem parte do nosso presente.

Ao estudar a legislação dos primórdios de Brasília pode-se perceber que o pensado para Capital naquele período era muito inovador e até hoje é uma educação de vanguarda, pois, era um período que ainda não havia uma legislação federal que tratasse da gestão de forma efetiva, como só se daria na Lei de Diretrizes e Base da Educação –LDB- de 1961. Há ainda muita coisa a ser levantada sobre essa legislação que deu início ao Sistema Educacional em Brasília e este trabalho foi uma primeira contribuição para esse debate historiográfico.

REFERÊNCIAS

ANPAE. Disponível em <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/documentos.html>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

ANPAE. Disponível em <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/documentos.html>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A instrução primária na Província do Paraná no século 19: uma interpretação a partir do testemunho de três alunos. *Educação em Revista Belo Horizonte'* v 31 ' n'l, p. 45-68. jan.- mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000100045. Acesso em setembro de 2018.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mal-uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. LEI Nº 2.874, DE 19 DE SETEMBRO DE 1956. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2874.htm. Acesso em: 12 de junho de 2018.

BRASIL. Decreto Lei nº 48.297, de 17 de junho de 1960. Dispõe sobre a instituição da Fundação Educacional do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48297-17-junho-1960-387661-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

BRASIL. Relatório quinquenal, 1956–1960. Brasília/DF: Ministério da Educação e Cultura, 1960. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/492393/Por+uma+pol%C3%ADtica+de+forma%C3%A7%C3%A3o+do+magist%C3%A9rio+nacional+o+Inep-MEC+dos+anos+1950-1960/5c7d6efc-6ad3-4999-b295-ef5ef9628b0d?version=1.4>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em setembro de 2019

BRAVERAMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. 3. ed. Rio de Janeiro: JC Editora, 1987. Disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/5373/3973>. Acesso em 28 de julho de 2019.

CAETANO, Marcelo. *Das Fundações – Subsídios para a Interpretação e Reforma Legislativa*. Atila Editora. São Paulo. 1962. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:livro:1962;000014023>. Acesso: em 12 de agosto de 2019.

CARDOSO, Silmara de Fátima. Viajar é inventar o futuro: narrativas de formação e o ideário educacional brasileiro nos diários e relatório de Anísio Teixeira em viagem à Europa e aos Estados Unidos (1925-1927). Tese de doutorado, USP. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200012. Acesso em: julho de 2018.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. Gestão escolar: da centralização à descentralização. Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES 45 Vitória, ES. a. 9, v. 18, n. 36, p. 39-59, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/5373/3973>. Acesso em 28 de julho de 2019.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 309-331, abr 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art22_41e.pdf. Acesso em

CEBALLOS, Viviane Gomes de. C321 “E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília / Viviane Gomes de Ceballos. - - Campinas, SP: [s.n.], 2005. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CEBALLOS.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2018.

CORDEIRO, Célia Maria Monteiro. Anísio Teixeira, uma "visão" do futuro. Estudos, av. vol.15 no.42 São Paulo maio/agosto 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200012. Acesso em 20 de julho de 2018.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Educação e Cultura, SEPLAN. *A Origem do Sistema Educacional de Brasília (Criação da CASEB, 22.12.1959)*. Brasília: 1984.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. *A origem do sistema educacional de Brasília: Criação da CASEB, 22/12/1959*. (Org.) Celso Bubeneck, Gildo Willadino, Regina Márcia de Jesus Lima. Projeto de Arquivo da Memória da Educação em Brasília. 1989, p. 39.

DISTRITO FEDERAL. (BRASIL). Departamento de Planejamento Educacional. *A origem do Sistema Educacional de Brasília: Criação da CASEB, 22/12/1959*. Brasília, 1984.

DISTRITO FEDERAL. CASEB dez anos de Educação. SOUZA, Paulo Barbosa. 1970.

EBOLI, Terezinha. Uma Experiência de Educação Integral. 3ª edição. Rio de Janeiro: FAPERJ: 1983. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1265/1265.pdf Acesso em 06 de janeiro de 2019.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. Primeira República, Intelectuais e educação: entre a utopia e o (des) encantamento de Castro Pinto (1888-1915). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: ____ (Org.). *Educação, modernidade e civilidade: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 91-125. Disponível em: Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

FEBVRE, Lucien. Combats pour l'histoire. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória: Tradução Bernardo Leitão*. 5.ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à hora da partida. In: *Combate pela História*. Lisboa: Presença, 1985.

FERRARI, Márcio. 01 de outubro de 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1711/john-dewey-o-pensador-que-pos-a-pratica-em-foco>. Acesso em: 27 de janeiro de 2019.

FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. 6 ed. rev. São Paulo: Moraes, 1986. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/maria-cristina-piana.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2019.

FRIGOTTO, G. A Produtividade da Escola Improdutiva. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

LEÃO, A. C. Introdução à Administração Escolar. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. Disponível em http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA6_ID1295_30072016204235.pdf. Acesso em 09 de setembro de 2019.

LIMA, L. C. Modernização, Racionalização e Optimização. Perspectivas Neo-taylorianas na organização da administração escolar. Cadernos de Ciências Sociais. Braga, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia – IEP da Universidade do Minho, n° 14, p. 119-139, jan., 1994. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/5373/3973>. Acesso em 28 de julho de 2019.

LIMA, Licínio. *A escola como organização e a participação na organização escolar*. Braga: Universidade do Minho, 1998.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.) *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17-62.

MENDONÇA, Sonia Regina de. “O novo modelo econômico: “cinquenta anos em cinco”. In: *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.53-68. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1340668422_ARQUIVO_AnersonCosme.Anphu2012.pdf. Acesso em: 01º de setembro de 2019.

MENEZES, Luiz Carlos. “O novo público e a nova natureza do ensino médio. ” *Estud. av.* vol.15 no.42 São Paulo maio/agosto 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200008. Acesso em dezembro de 2018.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Cinquenta anos em cinco – meu caminho para Brasília. Brasília: Bloch S. A., vol. 3, 1978. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1340668422_ARQUIVO_An_dersonCosme.Anphu2012.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2019.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Maria I.; SANTOS, Sílvio A. Modelo de Gestão: uma análise conceitual. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2001.

PEREIRA, Eva Waisros; CARVALHO, Pedro Mesquita de. Resistência, contradições e impasses na concretização do plano de Anísio Teixeira. In: PEREIRA, Eva Waisros et. al. **Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, E. W.; ROCHA, L. M. F. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, E. W.; MAGALHAES, F. H.; ROCHA, L. M. F.; COUTINHO, L.; HENRIQUES, C. M. N.; MENDONÇA, A. W.; MORAES, R. A. (Org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. 1 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros – UnB e ROCHA, Lúcia Maria da Franca – UFBA FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE BRASÍLIA. Catalão, agosto de 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-667-intok.pdf>. Acesso em 08/08/2018.

PEREIRA, E. W.; ROCHA, L. M. F. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, E. W.; MAGALHAES, F. H.; ROCHA, L. M. F.; COUTINHO, L.; HENRIQUES, C. M. N.; MENDONÇA, A. W.; MORAES, R. A. (Org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. 1 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, E. W.; SOUZA, FRANCISCO HEITOR MAGALHÃES. CASEB e Elefante Branco: experimentalismo e inovação no ensino médio. In: PEREIRA, E. W.; MAGALHAES, F. H.; ROCHA, L. M. F.; COUTINHO, L.; HENRIQUES, C. M. N.; MENDONÇA, A. W.; MORAES, R. A. (Org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. 1 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros. Fontes documentais para a história da educação de Brasília. **III EHECO** – Catalão-GO. Agosto de 2015.

PINTO, R.M.F. Política educacional e serviço social. São Paulo: Cortez, 1986.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? *Educ. rev.* [online]. 2001, n.18, pp.13-27. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.231>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602001000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: outubro de 2018.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS Vol. XXXI janeiro-março, 1959 N 79. RIO DE JANEIRO. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+\(RBEP\)+--+Num+73/85f65e2b-02f1-4e8e-a7e3-aeb72af57d06?version=1.1](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+(RBEP)+--+Num+73/85f65e2b-02f1-4e8e-a7e3-aeb72af57d06?version=1.1) Acesso em 04 de abril de 2019.

RIBEIRO, J. Q. Ensaio de uma teoria da Administração Escolar. São Paulo: Saraiva, 1986. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA6_ID1295_30072016204235.pdf. Acesso em 09 de setembro de 2019

RIBEIRO, José Quirino. Fayolismo na Administração das Escolas Públicas. Linotecnica. SP.1938. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3313/5/Andreia_Eggers2016.pdf. Acesso em 07 de setembro de 2019.

SAVIANI, Demerval. Exposição na Mesa Redonda *Fontes e história das instituições escolares*, realizada na II Jornada do HISTEDBR - Região Sul. *Revista HISTEDBR Online, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584*.

SERPA, Luiz Felipe Perret. O paradigma de Anísio Teixeira: Uma Educação para um Estado Democrático. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro6/paradigma_at.html. Acesso em 20 de outubro de 2018.

SILVA, Ernesto. História de Brasília. Um sonho, uma esperança, uma realidade. 4ª edição, Câmara de Dirigentes Lojistas do DF, 1999.

SOUZA, MÁRCIA CRISTINA SOARES CABRERA DE, 2018, p.125. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23190/1/AnisioTeixeiraEducacao.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

TAYLOR, F. W. Princípios de Administração Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1986. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/5373/3973>. Acesso em 28 de julho de 2019.

TEIXEIRA, Aniso. A. Educação para a Democracia: introdução à administração escolar. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA6_ID1295_30072016204235.pdf. Acesso em 09 de setembro de 2019.

TEIXEIRA, Aniso. O espírito científico e o mundo atual. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 325, 1955. <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/5373/3973>. Acesso em 28 de julho de 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/1822/3353>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: fábrica de ideologias. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 37-70 – 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16520.pdf>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

XAVIER, Libânia Nacif. Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.